

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

HUMBERLANDIA MOREIRA BEZERRA GRANGEIRO

**OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E AS PERCEPÇÕES DE EGRESSOS
DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ**

JUIZ DE FORA

2016

HUMBERLANDIA MOREIRA BEZERRA GRANGEIRO

**OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E AS PERCEPÇÕES DE EGRESSOS
DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadores:

Prof. Dr. Rubem Barbosa Filho

Prof(a). Dr(a). Fabiana Carneiro Martins
Coelho

JUIZ DE FORA

2016

HUMBERLANDIA MOREIRA BEZERRA GRANGEIRO

**OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E AS PERCEPÇÕES DE EGRESSOS
DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 26/02/2016.

Prof. Dr. Rubem Barbosa Filho (Orientador)

Prof(a). Dr(a). Fabiana Carneiro Martins Coelho (Orientadora)

Prof. Dr. Rodrigo Chaves de Mello Rodrigues de Carvalho

Prof. Dr. Marcus Tanure Sanábio

Dedico a meu esposo Virgílio e nossos
filhos Virgínia, Artur e Ester com carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Secretaria de Educação do Ceará pelo investimento na formação dos servidores.

Aos colegas do mestrado, professores orientadores e equipe do CAEd, principalmente a Prof. Dra. Fabiana Carneiro Martins Coelho, Priscila Sant'Anna e Leonardo Vilardi pelas preciosas lições.

Aos amigos das Escolas Estaduais de Educação Profissional que contribuíram para a realização deste trabalho, com destaque para egressos e profissionais da EEEP pesquisada.

Agradeço ao meu esposo Virgílio Grangeiro e nossos filhos Virgínia, Artur e Ester Grangeiro que sempre torcem pelo meu sucesso.

Aos meus pais, irmãos e demais familiares pelo apoio, especialmente, a minha tia-mãe Maria de Fátima e minha avó Aída Marques.

A todas as pessoas que auxiliaram direta ou indiretamente na construção desse conhecimento.

Louvo a Deus pela vida de todos vocês!

“Que posso eu oferecer a Deus, o Senhor,
por tudo de bom que Ele tem me dado?”
Salmo 116.12

RESUMO

A presente dissertação é fruto de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem como objetivo analisar a percepção de egressos sobre a adequabilidade de cursos ofertados no ensino médio integrado à educação profissional. Relatos sobre possível falta de adequabilidade de cursos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) de Fortaleza/Ceará deram origem a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção de egressos sobre a adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio ofertados na escola? Mediante uma pesquisa qualitativa, na forma de um estudo de caso, o trabalho foi embasado pelo referencial teórico que trata da gestão escolar, do desempenho pedagógico e das relações entre ensino médio e trabalho, a saber: Heloísa Lück (2009), Haguette (2015), Gaudêncio Frigotto (2004), Maria Ciavatta (2004), Eliezer Pacheco (2012), dentre outros. Assim, foi realizado um estudo a partir de análise de documentos, entrevistas com professores orientadores da disciplina Estágio Supervisionado e questionários respondidos por 94 dos 170 alunos que concluíram os cursos técnicos de nível médio em Secretariado e Informática, entre 2012 e 2014. Os resultados mostraram a necessidade de duas ações de intervenção - a criação de um programa de divulgação dos cursos ofertados da escola para alunos concludentes do 9º ano do ensino fundamental e acompanhamento de egressos – com vistas a contribuir para o atendimento das necessidades dos sujeitos envolvidos - e um projeto de avaliação dos cursos ofertados, com maior articulação com as políticas setoriais e estruturantes de trabalho e renda, objetivando elevar a qualidade do ensino, sem perder a ênfase na formação integral do cidadão.

Palavras-chave: Ensino Médio integrado; Egressos; Adequabilidade dos cursos técnicos.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research conducted in the Professional Graduate Program in Management and Public Education Evaluation of the Center for Public Policy and Evaluation of Education, Federal University of Juiz de Fora. It aims to analyze the perception of graduates on the suitability of courses offered in high school integrated vocational education. Reports of possible lack of suitability of courses in one of the Professional Education State Schools (EEEP) from Fortaleza / Ceará gave rise to the following research question: what is the perception of graduates on the suitability of mid-level technical courses offered in school? Through a qualitative research in the form of a case study, the work was based on the theoretical framework that deals with the school management, teaching performance and the relationship between high school and work, namely: Heloísa Lück (2009), Haguette (2015), Gaudencio Frigotto (2004), Maria Ciavatta (2004), Eliezer Pacheco (2012), among others. Thus, a study was conducted from analysis of documents, interviews with teachers guiding the Supervised Internship discipline and questionnaires answered by 94 of the 170 students who completed the technical courses average level in the Secretariat and Information Technology between 2012 and 2014. The results They showed the need for two intervention actions - the establishment of an outreach program of courses offered from school conclusive 9th graders of elementary education and monitoring of graduates - in order to contribute to meeting the needs of those involved - and evaluation project of the courses offered, with greater coordination with sectoral and structural policies of employment and income, aiming to raise the quality of education without losing emphasis in the integral formation of citizens.

Keywords: High school integrated; graduates; Adequacy of technical courses.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CENTEC – Centro de Ensino Tecnológico
CF – Constituição Federal
CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola
CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE - Conselho Nacional de Educação
COEDP - Coordenadoria de Educação Profissional
CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
DOE – Diário Oficial do Estado
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEP- Escola Estadual de Educação Profissional
EEEP/PF - Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Freire
EMI – Ensino Médio Integrado
ENEM– Exame Nacional do Ensino Médio
IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
PAE - Plano de Ação Educacional
PEE - Plano Estadual de Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PPDT - Projeto Professor Diretor de Turma
PPP - Projeto Político Pedagógico
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECITECE – Secretaria de Ciência e Tecnologia e Educação Superior do Ceará
SEDUC - Secretaria da Educação do Ceará
SEFOR – Superintendência das Escolas de Fortaleza
SICE - Sistema Informatizado de Captação de Estágio
SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TESE – Tecnologia Empresarial Socioeducacional
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Técnicos formados pela rede de EEEP nos anos de 2010 a 2014.....	30
FIGURA 2: Percentual de inserção de egressos das EEEP no mercado de trabalho, nos anos de 2011 a 2014, no Ceará.....	30
FIGURA 3: Correspondência percentual entre curso técnico realizado e área técnica trabalhada, quando do ingresso no mercado de trabalho (2013 e 2014)	31
FIGURA 4: - Taxas de Rendimento 2010 – 2015.....	38
FIGURA 5: - ENEM – Inscrição e participação: 2012 a 2015	40
FIGURA 6: - Evolução do número de matrícula (2010 - 2016).....	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: - Cursos ofertados nas EEEP.....	29
QUADRO 2: - Dados dos cursos técnicos pesquisados na EEEP/PF.....	47
QUADRO 3: - Ajustes relacionados ao curso de Informática.....	62
QUADRO 4: - Desafios do docente orientador de estágio	78
QUADRO 5: - Outras respostas apresentadas na entrevista feita com docentes.....	83
QUADRO 6: – Proposta A: Programa de acompanhamento de egressos e divulgação dos cursos técnicos para jovens concludentes do 9º ano do ensino fundamental.....	89
QUADRO 7: – Proposta B: Projeto de avaliação dos cursos ofertados.....	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Nº de EEEP por município.....	29
TABELA 2: Nº de cursos técnicos oferecidos e nº de matrículas por ano	29
TABELA 3: Composição da equipe da EEEP/PF.....	39
TABELA 4: - SPAECE - Participação 2011 – 2015.....	42
TABELA 5: SPAECE - Proficiência 2011 – 2014.....	42
TABELA 6: Série histórica dos cursos ofertados na EEEP/PF.....	45
TABELA 7: – Sujeitos da pesquisa.....	54
TABELA 8: – Quantidade de egressos participantes da pesquisa por curso e turma.....	55
TABELA 9: - Perfil de egressos participantes da pesquisa.....	57
TABELA 10: Quantidade de docentes por curso e tempo de trabalho na função de orientador(a) de estágio.....	58
TABELA 11: – Escolha do curso como primeira opção do egresso.....	59
TABELA 12: – Necessidade de ajustes, apontados por egressos, para os cursos pesquisados	60
TABELA 13: – Ajustes sugeridos por egressos do curso de Secretariado.....	64
TABELA 14: – Ajustes sugeridos por egressos do curso de Informática.....	67
TABELA 15: – Necessidade da oferta de outros cursos na escola.....	71
TABELA 16: – Contribuição do curso técnico de nível médio em relação a expectativa de egressos da EEEP/PF.....	72
TABELA 17: – Atuação de egressos na área de formação.....	78
TABELA 18: – Cursos sugeridos por egressos.....	74
TABELA 19: – Cursos novos sugeridos por docentes.....	75
TABELA 20: – Justificativas apresentadas por egressos para escolha dos cursos..	76
TABELA 21: – Justificativas apresentadas por docentes para escolha dos novos cursos	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	18
1.1 A educação profissional e o Ensino Médio integrado à educação profissional.....	18
1.2 Cursos técnicos de nível médio no Ceará e em Fortaleza.....	23
1.3 A EEEP Paulo Freire.....	33
1.4 Cursos ofertados na EEP Paulo Freire e mapeamento de egressos.....	41
2 OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E A PERCEPÇÃO DE EGRESSOS DA EEEP/PF.....	50
2.1 Aspectos metodológicos.....	50
2.2 Análise e interpretação dos dados apresentados por egressos e docentes.....	53
2.2.1 Perfil de egressos participantes da pesquisa	53
2.2.2 Perfil de docentes participantes da pesquisa	54
2.2.3 Análise dos dados obtidos nos questionários aplicados a egressos e entrevistas realizadas com docentes.....	56
2.2.3.1 Escolha do curso como primeira opção do egresso	56
2.2.3.2 Ajustes apontados por egressos para o curso técnico de nível médio ofertado na escola	58
2.2.3.3 Necessidade da oferta de outros cursos na escola.....	67
2.2.3.4 Atendimento das necessidades do jovem no curso técnico de nível médio, na percepção de egressos da EEEP/PF e atuação deles na área de formação.....	71
2.2.3.5 Cursos para oferta na escola com justificativas das sugestões feitas por egressos e docentes.....	74
2.2.3.6 Desafios dos docentes.....	77
3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA A EEEP.....	86
3.1 Programa de divulgação dos cursos ofertados na EEEP para alunos novatos concludentes do 9º ano do Ensino Fundamental e acompanhamento de egressos.....	89

3.2 Projeto de avaliação dos cursos ofertados.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICES.....	104

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos apresentados na gestão 2008 – 2014 da Secretaria de Educação do Ceará diz respeito a “diversificar a oferta do Ensino Médio, articulando-o com a educação profissional, com o mundo do trabalho e com a educação superior” (CEARÁ, 2014).

Por este recorte de parte do planejamento, o estado do Ceará vem desenvolvendo desde 2008 o ensino médio integrado à educação profissional, principalmente a partir da implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) que trabalham nos moldes propostos no artigo 4º, parágrafo 1º, inciso I do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Portanto, esta dissertação insere-se no campo da política pública de educação profissional e tem como propósito analisar a percepção de egressos acerca da adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio ofertados na Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Freire¹ (EEEP/PF).

Esse objetivo se desdobra em apresentar a escola em estudo e a rede de ensino na qual está inserida; refletir sobre aspectos ligados as ações da gestão para a melhoria contínua da unidade pesquisada e que possua efeito multiplicador em outras escolas de ensino médio integrado à educação profissional. Principalmente, a partir do desenvolvimento de um plano de intervenção com proposições que visam contribuir na qualidade do trabalho escolar ao observar necessidades de ajustes ressaltadas por egressos e docentes.

Nas EEEP, os alunos estudam em jornada de tempo integral, cursam durante três anos o ensino médio integrado à educação profissional e, ao mesmo tempo, aprendem uma das profissões disponíveis no catálogo dos cursos de cada unidade escolar.

A filosofia de gestão nestas escolas tem referência na experiência do Programa e Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental PROCENTRO de Pernambuco, especialmente na Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). Esta filosofia envolve princípios como protagonismo juvenil, formação continuada,

¹Nome fictício dado à escola objeto deste estudo.

atitude empresarial, corresponsabilidade, replicabilidade e ainda, conceitos ligados à descentralização, delegação planejada, resultados e a responsabilidade social.

Torna-se relevante apontar, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP), que a escola busca contribuir para o aumento das possibilidades de inserção de jovens na educação superior, mas também no mundo do trabalho, como profissionais gabaritados e atentos as perspectivas de crescimento intelectual.

Dessa forma, entre as estratégias utilizadas para favorecer o processo ensino aprendizagem, além do protagonismo juvenil e da formação continuada dos profissionais, destacam-se a oferta de cursos técnicos de nível médio atrativos para as juventudes e o projeto denominado Professor Diretor de Turma (PPDT). Este projeto é baseado na experiência de escolas públicas portuguesas e pretende contribuir com a permanência do aluno na escola favorecendo maiores condições de aprendizagem, ao estreitar o vínculo professor, aluno e família.

Entretanto, depoimentos avaliativos que indicam insatisfação e críticas quanto à forma de preenchimento de vagas em determinadas turmas, especialmente as vagas remanescentes, foram expressos em reuniões de profissionais da escola. Tais depoimentos destacam possível falta de adequabilidade de alguns cursos e deram origem a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção de egressos sobre a adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio ofertados na EEEP/PF?

Fatores relacionados a atendimento a alunos com nível socioeconômico baixo ou muito baixo, alunos com rendimento no ensino fundamental muito diferente, dificuldades na infraestrutura, divulgação pouco abrangente dos cursos ofertados, grau de satisfação do egresso com o curso técnico, quantidade de ofertas profissionais nas áreas técnicas disponibilizadas na EEEP, entre outros aspectos têm sido considerados por membros da comunidade escolar como responsáveis pelas dificuldades na formação de algumas turmas na EEEP.

Diante dessa necessidade de pesquisa, utilizou-se o estudo de caso, com análise de documentos, questionários aplicados a egressos e entrevistas realizadas com professores responsáveis pelo estágio curricular.

A partir daí, elencou-se pontos relevantes a serem considerados para a elaboração do plano de intervenção, cujo objetivo é apontar alternativas que contribuam para melhorar da qualidade do ensino médio integrado à educação profissional, observando necessidades de ajustes ressaltadas por egressos.

Como exemplo de estudos já realizados sobre as EEEP, há a dissertação de Lima (2014) e de Freitas (2014), explorando a experiência de implantação destas escolas e seu financiamento, bem como a pesquisa de Melo (2014) que investigou a proposta pedagógica.

No entanto, ainda se faz necessário um estudo que leve em consideração a percepção dos jovens que concluíram o curso na escola e são os sujeitos de tal política. Assim, a proposta desta dissertação é consultar egressos, especialmente dos cursos de Informática e Secretariado, pois tiveram o maior número de turmas formadas na EEEP/PF.

Portanto, esta dissertação apresentou no capítulo 1 o caso de gestão, contextualizando o panorama da rede de educação profissional, do ensino médio integrado à educação profissional e ainda da implantação das EEEP no Ceará. Em seguida, descreveu a escola em estudo destacando dados da SEDUC e da secretaria da unidade escolar.

No capítulo 2, procedeu-se à análise dos dados da pesquisa feita com docentes e egressos dos cursos técnicos em Informática e Secretariado da EEEP/PF, em diálogo com autores que tratam da gestão escolar, do desempenho pedagógico e das relações entre ensino médio e trabalho como Heloísa Lück (2009), Haguette (2015), Ramon de Oliveira (2012), Marise Ramos (2006, 2012), Márcio Pochmann (2004), Gaudêncio Frigotto (2004), Maria Ciavatta (2004) e Eliezer Pacheco (2012).

Dentre as referências utilizadas, além de artigos e textos pesquisados ao longo do estudo, destacam-se também os estudos que enfocam o ensino médio integrado à educação profissional feito por Ribeiro (2015), Linhares (2015), Pereira (2014), Araújo (2013) e Magalhães (2013).

Por fim, no capítulo 3, foram propostas duas ações de intervenção, a partir de análise dos dados e a questão apontada na pesquisa - a criação de um programa de divulgação dos cursos ofertados da EEEP para alunos concludentes do 9º ano do ensino fundamental e acompanhamento de egressos – com vistas a contribuir para o atendimento das necessidades dos sujeitos envolvidos - e um projeto de avaliação dos cursos ofertados, com atualização contínua e articulação com as políticas setoriais e estruturantes de trabalho e renda, objetivando elevar a qualidade do ensino pretendido na escola.

1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O presente capítulo busca apresentar a política pública de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em pauta no Ceará e a EEEP/PF. Para essa abordagem, algumas considerações sobre a educação profissional e o ensino médio integrado à educação profissional foram ressaltadas no primeiro subcapítulo.

No subcapítulo 1.2, foram evidenciados os cursos técnicos de nível médio no Ceará e em Fortaleza. Em seguida, no subcapítulo 1.3, destacou-se o contexto da escola em estudo, sua estrutura e funcionamento.

O subcapítulo 1.4, por sua vez, tratou dos cursos ofertados e o mapeamento de egressos, a fim de tornar conhecidas as informações sobre ingresso, permanência, conclusão dos cursistas, bem como sobre a matriz curricular dos cursos técnicos.

1.1 A Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

A educação profissional surgiu no Brasil em 1809 com a criação do Colégio das Fábricas para artistas e aprendizes portugueses. Posteriormente, atendeu crianças carentes nos chamados Asilos da infância dos meninos desvalidos (Garcia 2000 apud Linhares, 2015).

Segundo Magalhães (2013), a educação profissional foi historicamente desprestigiada no cenário educacional do país e, em face disso, Ramon de Oliveira (2012) expôs que

(...) o imperativo de investir na educação tecnológica e profissional está vinculado à constante necessidade do capital elevar sua produtividade e ampliar sua lucratividade, servindo de mecanismo para reestruturar e manter seu processo de ampliação e reprodução, e com isso combinar formas de exploração e degradação do trabalho humano (OLIVEIRA, 2012, p. 126).

A partir dessa constatação, Velasco (2011) observou o “padrão precário e compensatório de preparação para o trabalho, deslocado e desarticulado de

políticas setoriais e políticas estruturantes como de trabalho e renda” (2011, p.1) que atribui aos jovens e seus familiares a responsabilidade pela profissionalização.

Assim, as relações de trabalho e as práticas de qualificação profissional foram traduzidas em demandas que permearam a agenda política brasileira (LIMA, 2014) e a educação profissional apontada em reformulações da LDB, publicação de decretos, além de diretrizes curriculares nacionais, referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico e dissertações, com destaque para a questão da dualidade estrutural influenciada pela divisão de classes.

Segundo Paro (2000), a formação técnica destinada ao trabalhador precisava considerar a necessária formação para a democracia e, na última Constituição Federal, datada de 1988, tem-se o artigo 205 assinalando que a educação visa o “preparo para o exercício da cidadania” e a “qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

No entanto, uma questão que se observou ao longo desse processo foi o fortalecimento da lógica de mercado e o modelo dualista, a saber, de um lado apresenta a escola que prepara o aluno para ingressar na educação superior e, de outro lado, a escola que busca atender ao mercado de trabalho (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2004, p. 21).

De acordo com Lima e Lopes (2005), a falta de superação desta dicotomia apresenta consequências:

(...) a perspectiva mercadológica (na qual o mercado é a única variável importante) e a perspectiva compensatória (na qual o mercado é uma variável de importância secundária) tem implicado, entre outras consequências, forte evasão, conteúdos e métodos desvinculados da realidade e o lento aumento da qualificação média dos trabalhadores nos países em exame (LIMA E LOPES, 2005, p. 7).

Nesse sentido, Velasco (2011) evidencia o contexto de qualificação como:

(...) meio de se difundir um processo de formação profissional generalizada, decorrente de uma percepção de que para enfrentar os impactos negativos das mudanças estruturais característicos do período recente do capitalismo, a qualificação profissional alimentada pela retórica neoliberal e (neo)conservadora, lega à formação humana uma significação central nas sociedades contemporâneas. É neste cenário que a qualificação profissional vai revestir-se de profunda ideologização, imbuindo-se de um novo discurso compondo, além de todo o movimento de alteração nas formas de regulação do processo de trabalho por intermédio da flexibilização, também de implicações decisivas sobre as funções e as tarefas do trabalhador. Nesse novo discurso, aparecem inúmeras noções e conceitos, como

competência, empreendedorismo e daí as derivações atitudinais e comportamentais a elas atribuídas (VELASCO, 2011, p.3).

Com relação à profissionalização e a proteção no trabalho, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente reitera no Art. 69 da Lei 8.069 que esta profissionalização e a proteção estão entre os direitos do adolescente, “observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho” (BRASIL, ECA, 1990).

Nesses termos, Lima (2014) no estudo que analisou o contexto de uma EEEP no Ceará – a autora apresentou um quadro destacando modelos, conceitos, papéis do governo federal e estadual após a Constituição Federal de 1988 relacionados às bases da reforma da educação profissional no Brasil. Em um plano mais geral, a autora destacou a lógica da produção e a lógica da educação atribuída à formação profissional presentes no Decreto 2208/97 e no Decreto 5154/04, respectivamente, observando que, ora a lógica visava adestrar a pessoa para uma habilidade necessária no setor produtivo, ora absorveu a visão do trabalho como princípio educativo, aliando conhecimento teórico e prático.

Ainda em termos de legislação, o Artigo 3º, 4º e 5º do Decreto 2208/97 dispõe que:

Art.3º - A educação profissional compreende os seguintes níveis:
 I - básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
 II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto;
 III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.
 Art. 4º - A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.
 Art. 5º - A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este (BRASIL, 1997).

Entretanto, Frigotto (2000) cita que o Decreto Federal nº 2208/97 representou:

(...) uma regressão ao dualismo e à exacerbação da fragmentação. O dualismo cristaliza-se pela separação das dimensões técnicas e políticas,

específicas e gerais, particulares e universais, e pela separação do nível médio regular de ensino da rede não-regular de ensino técnico-profissional com organização curricular específica e modular (2000, p. 215).

Assim sendo, juntamente com as modificações nos modos de vida, nas relações sociais e no mundo do trabalho, fazia-se necessária uma política pública de formação profissional integrada ao ensino médio, considerando o art. 36, parágrafo 2º da LDB 9.394/96, que destaca para o ensino médio o atendimento na formação geral do educando e o preparo do aluno para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, LDB, 1996).

Essa legislação ressalta que a educação deve abranger os processos formativos iniciados com as famílias e os momentos de convivência humana, tendo seu desenvolvimento nas instituições de ensino e no trabalho.

Dessa forma, a LDB citada apresentou um capítulo para a regulamentação da educação profissional e houve a tentativa de resgate de seu princípio norteador com o Decreto Federal nº 5.154/2004.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

A organização mencionada no excerto acima possibilitou a oferta do ensino médio e o profissional técnico em uma matrícula única, gerando um só documento de conclusão ao término do curso técnico de nível médio. Assim, como diz Magalhães (2013) almejou-se o estabelecimento de um “ensino médio de caráter politécnico, com currículos que integrem a formação científica, tecnológica e cultural, visando à formação de indivíduos capazes de articular as dimensões do fazer, do

pensar e do sentir” (2013, p.17). Todavia, não se determinou a obrigatoriedade dessa oferta de ensino e ficaram lacunas acerca de elementos fundamentais para a qualidade da educação.

Cabe acrescentar que, através do Decreto 6.302 de 12 de dezembro de 2007, a educação profissional passou a contar com o Programa Brasil Profissionalizado e, conforme o Documento Base, ele visa:

Estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais, por meio da prestação de assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; construção de laboratórios de física, química, biologia, matemática, informática e os recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo (MEC, 2007, p. 4).

Magalhães (2013) realçou que o Programa apresenta oito objetivos, entre os quais ressalta:

(...) desenvolvimento e reestruturação do ensino médio visando à combinação de formação geral, científica e cultural com a profissional; construção de um novo modelo de ensino médio baseado na articulação geral e profissional; e, fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio. Todos esses mecanismos são na verdade, parte de um todo maior, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e com ele se articulam através de fundos como o FUNDEB e FNDE que financiam ações relativas a programas como o PNAE, PNLD e outros, objetivando assegurar recursos aos estados, municípios e Distrito Federal, visando o desenvolvimento de ações voltadas ao desenvolvimento da educação (MAGALHÃES, 2013, p. 26).

Segundo essa especialista, o programa contribuiu para o crescimento da rede pública de ensino médio integrado à educação profissional de estados, entre os quais o Ceará, que assinaram o Compromisso Todos pela Educação e cumpriram as determinações do processo de participação estabelecidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Com um olhar mais no circunscrito ao recurso, Melo (2014) observa que

O Programa Brasil Profissionalizado destina recursos, oriundos do Governo Federal, para ações como construção, ampliação, reforma, aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos, mobiliários e materiais didáticos

diversos. Além desse recurso, o Governo do Estado complementa as despesas (MELO, 2014, p.25).

A partir daí, a educação profissional de nível médio pós-Decreto 6.302/2007 pretendeu o desenvolvimento da rede local de ensino, com destaque para matrículas e indicadores sociais da região como “analfabetismo, escolaridade, desemprego, violência e criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos” (MEC, 2015, s/p).

Portanto, aspectos mais gerais da temática foram pontuados nesse tópico. Em seguida, o texto discorrerá sobre a política de educação profissional que vem sendo implementada no Ceará com os cursos técnicos de nível médio e a rede de EEEP.

1.2 Cursos técnicos de nível médio no Ceará e em Fortaleza

Após contextualizar parte do cenário que antecedeu a implantação das EEEP, a presente seção traz um breve relato de como essas escolas foram criadas no Ceará. Antes, cabe destacar que a população cearense, conforme o Documento Base do Plano Estadual de Educação (PEE),

(...) vem apresentando uma tendência de desaceleração no crescimento e também de envelhecimento, com diminuição das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida. Segundo a projeção populacional do IBGE, de 2000 a 2013, a taxa de crescimento da população foi de aproximadamente 15%. Essa mesma taxa de 2014 a 2024 é de quase 6%, sendo que essas taxas são semelhantes à do Brasil (PEE, 2015, p.6).

O aumento da expectativa de vida está também relacionado à economia do estado que, como diz Melo (2014), “representa a 12ª economia do país e a 3ª da região Nordeste, (...) é sustentada nas atividades ligadas a Serviços (70,2%), Indústria (23,6%) e Agropecuária (6,2%)” (MELO, 2014, p.23).

Os dados em relação a pobreza e renda no estado do Ceará, disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2014) e documentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da SEDUC, registram que:

1,2 milhão de pessoas dentre as 8,8 milhões, vivem na extrema pobreza, continuando o Estado acima da média nacional segundo a assessoria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O trabalhador cearense é o que tem a menor renda média mensal do País, R\$ 1.019 por

mês (...) Hoje um dos desafios das economias emergentes, como é o caso da economia cearense, é de gerar produtos com valor agregado tecnológico, com preços competitivos e capazes de competir no mercado global, e isso só é possível com uma educação voltada para o trabalho e com inclusão real no mundo da internet, portanto, a criação de produtos e serviços de qualidade na área de tecnologia da informação e comunicação passa ser um meio eficaz para gerar emprego, renda e negócios para o Ceará (SEDUC, p.8, 2016).

Quanto aos professores, os dados de 2013 do MEC, organizados pelo movimento Todos pela Educação e disponíveis no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015, deixam claros que no Ceará, 44,7% dos professores atuam na respectiva área de formação. O documento destaca ainda que 68,1% dos professores possuem ensino superior e 23,7% cursaram pós-graduação.

No que se refere à matrícula do ensino médio do estado, em 2010, ao total ficou em torno de 400 mil jovens (SEDUC, 2010). Por meio do Anuário obtêm-se que 83% dos jovens cearenses de 15 a 17 anos estão na escola, sendo que 54,3% têm matrícula na série adequada à sua idade e 53,6% concluíram o ensino médio na idade certa.

Assim, para contribuir na melhoria dos resultados dos alunos no ensino médio, o governo estadual criou o Programa Aprender Pra Valer. Também administrou a participação do Ceará no Programa Brasil Profissionalizado em 2007 e, no ano seguinte, implantou as EEEP.

Segundo o PEE, no período de 2007 a 2013, houve no Ceará uma expansão na educação profissional e técnica:

(...) quase quintuplicando o número de matrículas. Nota-se que tal expansão é muito maior na rede pública, que em 2013 tem quase 8 vezes mais matrículas que no começo do período analisado. Em 2007, as matrículas de Educação Profissional de Ensino Médio eram apenas 0,3% do total de matrículas do Ensino Médio, sendo que em 2013 essa proporção chega a quase 10% matrículas de Educação Profissional e Técnica nas redes pública e privada Ceará (2007-2013) (Documento Base PEE, 2015, p.14).

O PNE tem entre as suas metas, algumas dedicadas especificamente à educação profissional. Entre essas metas, está a de número 10 que tem por objetivo ofertar “no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio” (PEE, 2015, p.27). Segundo Inep, em 2014, foram registradas apenas 3,3%

de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional. Assim, a meta requererá estratégias diversificadas, considerando também o público a ser atendido.

Além disso, o PEE ressalta para a educação profissional a meta 11 com o seguinte objetivo e estratégias:

Assegurar 30% das matrículas de Ensino Médio articuladas à Educação Profissional e Técnica até o final da vigência do Plano.

11.1. Ampliar o número de escolas que ofertam educação profissional técnica de nível médio;

11.2. Ampliar o número de matrículas articuladas à Educação Profissional de nível Médio através dos cursos ofertados com apoio do PRONATEC;

11.3. Otimizar os espaços com condições de oferta de cursos técnicos de nível médio no horário noturno, utilizando-se os espaços das EEEP (Documento Base PEE, 2015, p.15).

Outro ponto que merece destaque se refere a oportunidade de participação no Programa Brasil Profissionalizado, como motivação para estados, entre eles o Ceará, expandirem sua atuação na educação profissional que, até 2007, envolvia apenas a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará (SECITEC) e os Institutos Federais (IFCE). E, dessa forma, o ensino médio integrado à educação profissional, voltado para a educação superior e para a inserção de jovens no mundo do trabalho como profissionais qualificados foi evidenciado na política de educação profissional do estado.

Conforme abordado anteriormente, a partir de 2008, o governo ampliou a oferta do ensino médio implantando as EEEP com destaque para a jornada escolar ser desenvolvida em tempo integral.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional são instituídas no Ceará a partir de 2008. Essas escolas desenham a possibilidade de um futuro mais justo, mais equânime e com mais oportunidades para os jovens cearenses, acenando para a materialidade da experiência de um maior exercício de cidadania (SEDUC, 2014, s/p).

As EEEP oferecem o ensino médio integrado à educação profissional, ressaltando o primeiro sentido do ensino médio integrado, em sua natureza filosófica, que:

Expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das

forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (MEC, 2007, p. 40).

Pereira (2014) destacou que a “ideia de cultura da qualidade escolar é perseguida e autolegitimada como característica organizacional das escolas profissionais”. Dessa forma, como um desafio para a rede estadual de ensino, essas escolas já apresentaram resultados relevantes no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará² (SPAECE).

Importante frisar que, conforme jornais³ de circulação na cidade de Fortaleza, uma EEEP está entre as duas melhores escolas públicas do Brasil dentro dos critérios do INEP e, entre as seis escolas públicas cearenses como maiores médias no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2014, duas são militares e as demais EEEP. Entre os critérios do INEP destacam-se: grande porte, indicador de permanência de mais de 80% e atendimento a alunos de nível socioeconômico baixo ou muito baixo.

As EEEP estão aparadas na Lei 14.738 de 19 de dezembro de 2008, contribuem para o atendimento da meta nº 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, destacando a estratégia prevista no item 3.1 do documento:

Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte (...) (MEC, 2014, p.22).

Sabe-se também que essas escolas necessitam de condições diferenciadas de atendimento, considerando o disposto na Lei 14.273/2008:

Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na SEDUC, EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho. (...) Art. 2º As EEEP terão estrutura organizacional definida em Decreto, fundamentada em parâmetros educacionais que venham a atender os desafios de uma oferta de ensino médio integrado à educação profissional com corpo docente especializado e jornada de trabalho integral (CEARÁ, 2008).

² O SPAECE é avaliação externa estadual que compreende as disciplinas de Língua portuguesa e Matemática. Essa avaliação passou a ser censitária para o Ensino Médio após 2012.

³ Maiores informações em <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/08/07/noticiasjornalcotidiano,3482284/o-que-explica-o-sucesso-das-campeas-da-rede-publica-do-ceara-no-enem.shtml>

A implantação das EEEP contribuiu para o aumento das matrículas nessa modalidade de ensino. Alguns prédios escolares foram adaptados, outros foram construídos para atender a demanda por vagas. Das 19 EEEP localizadas na capital, sete foram inauguradas em 2008, cinco em 2009, cinco em 2010 e mais duas escolas inauguradas em 2013 (MELO, 2014).

Dessa forma, no período de agosto de 2008 a março de 2015, o Ceará passou a contar com 115 EEEP, tendo 49.420 estudantes matriculados. As escolas localizavam-se em 80 municípios cearenses e foram distribuídas da seguinte forma:

TABELA 1: Nº de EEEP por município

CREDE/SEFOR	Nº de municípios com EEEP	Nº de EEEP
1ª Maracanaú	08	11
2ª Itapipoca	09	09
3ª Acaraú	03	03
4ª Camocim	02	03
5ª Tianguá	06	06
6ª Sobral	07	08
7ª Canindé	03	03
8ª Baturité	02	02
9ª Horizonte	04	04
10ª Russas	05	05
11ª Jaguaribe	02	02
12ª Quixadá	03	03
13ª Crateús	06	06
14ª Senador Pompeu	03	03
15ª Tauá	02	02
16ª Iguatu	03	04
17ª Icó	04	04
18ª Crato	05	06
19ª Juazeiro do Norte	03	05
20ª Brejo Santo	05	05
21ª Fortaleza (SEFOR)	01	21
Total	86	115

Fonte: COEDP/SEDUC, 2015.

Cumprir destacar que o Ceará possui 184 municípios distribuídos em oito macrorregiões administrativas: Baturité, Cariri/Centro Sul, Litoral Leste/Jaguaribe, Litoral Oeste, Região Metropolitana de Fortaleza, Sertão Central, Sertão dos Inhamuns e Sobral/Ibiapaba (MAGALHÃES, 2013). Assim, cinco anos após a criação da lei anteriormente citada, mais da metade desse total de municípios já tinham, no mínimo, uma EEEP observando a tabela 2.

TABELA 2: Nº de cursos técnicos oferecidos nº de matrículas por ano

Ano	EEEP	Nº de cursos técnicos oferecidos	Nº de matrículas por ano
2008	25	04	4.181
2009	51	13	11.279
2010	59	18	17.342
2011	77	43	23.753
2012	92	51	29.958
2013	97	51	35.522
2014	106	53	40.979
2015	113	52	44.773
2016	115	53	49.420

Fonte: Fonte: COEDP/SEDUC, 2016.

Dessa forma, mais de 50 mil alunos do 9º ano do ensino fundamental das escolas particulares, públicas estaduais e municipais observaram a portaria de matrícula publicada anualmente no DOE e ingressaram nas turmas de 1º ano nas EEEP.

É possível observar, pela portaria, que são reservadas 20% do total de vagas para alunos oriundos de escola da rede privada, entre outros critérios para acesso como:

O aluno precisa ter concluído o 9º ano do ensino fundamental; disponibilidade de segunda a sexta-feira para o cumprimento da jornada integral, das 7h às 17h; idade mínima de 14 anos completos até a data referência do censo escolar; idade mínima de 14 anos e seis meses até data referência do censo escolar, para os cursos do eixo ambiente e saúde; estar ciente e de acordo com as normas de funcionamento e oferta do curso técnico de sua opção; apresentar a documentação exigida pela escola; ser classificado, dentro do limite de vagas, de acordo com a média geral das disciplinas cursadas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. (SEDUC, p. 10,2016).

Os alunos matriculados nas EEEP demonstraram interesse por uma das profissões do catálogo dos cursos e as possíveis vagas remanescentes:

(...) são preenchidas, até 30 dias após o início do ano letivo, para os cursos em que há disciplina técnica já no primeiro semestre. E até a data referência do Censo Escolar (última quarta-feira de maio), para os cursos em que não há disciplinas técnicas no primeiro semestre. (SEDUC, 2016).

O catálogo dos cursos apresenta o perfil profissional, a matriz curricular, as áreas de atuação e os eixos tecnológicos, conforme quadro 1:

QUADRO 1 – Cursos ofertados nas EEEP

Eixo tecnológico	Cursos técnicos ofertados nas EEEP
Ambiente e Saúde	Enfermagem, Estética, Massoterapia, Meio Ambiente, Saúde Bucal, Nutrição e Dietética.
Controle e Processos Industriais	Eletromecânica, Eletrotécnica, Manutenção automotiva, Automação industrial, Mecânica, Química.
Desenvolvimento Educacional e Social	Instrução de Libras, Tradução e interpretação de Libras, Secretariado escolar.
Gestão e Negócios	Administração, Comércio, Contabilidade, Finanças, Logística, Secretariado, Transações Imobiliárias.
Informação e Comunicação	Informática, Redes de Computadores.
Infraestrutura	Agrimensura, Desenho de construção civil, Edificações, Portos.
Produção Alimentícia	Agroindústria
Produção Cultural e Design	Design de Interiores, Modelagem do vestuário, Paisagismo, Produção de Áudio e Vídeo, Produção de Moda, Regência, Gestão Cultural, Multimídia.
Produção Industrial	Fabricação Mecânica, Têxtil, Petróleo e Gás, Vestuário, Móveis, Biotecnologia, Química.
Recursos Naturais	Agricultura (Floricultura), Agronegócio, Agropecuária, Aquicultura, Fruticultura, Mineração.
Segurança	Segurança do Trabalho
Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo, Hospedagem / Eventos.

Fonte: COEDP/SEDUC, 2016.

Ressalta-se que a escolha dos cursos ofertados nas EEEP, como citado anteriormente, está diretamente relacionada com o perfil socioeconômico dos municípios e o projeto de desenvolvimento do governo estadual. Somado a esses critérios, ultimamente também tem sido feitas pela Secretaria de Educação consultas a gestão escolar, antes da abertura dos cursos. Os gestores observam, além do arranjo produtivo local, a infraestrutura da escola, a disponibilidade de lotação de professores técnicos e o acervo, entre outros detalhes.

Considerando os eixos, houve uma evolução na oferta dos cursos nas EEEP e são ofertados 53 cursos técnicos ligados às varias áreas de atuação visando o desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho, à ciência e à cultura e, conforme Ramos (2008), “atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes” (RAMOS, 2008, p.9).

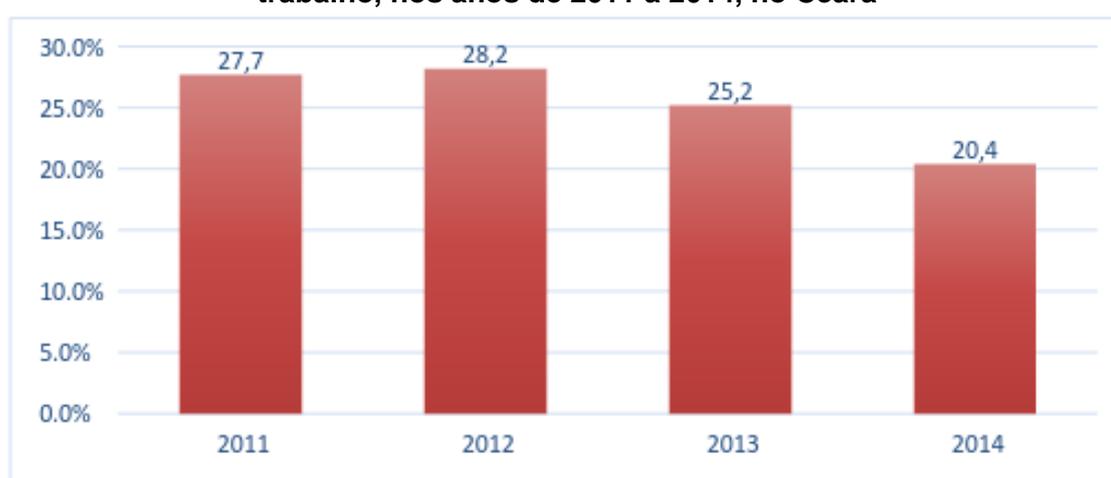
Os primeiros cursos desenvolvidos nas EEEP foram Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. A quantidade de técnicos formados nas EEEP, no período de 2010 a 2014 está apresentada na figura 1.

FIGURA 1: Técnicos formados pela rede de EEEP nos anos de 2010 a 2014

Fonte: COEDP/SEDUC, 2014.

Os dados de técnicos formados em 2015 não puderam ser apresentados, pois em janeiro de 2016, algumas EEEP ainda tinham alunos finalizando a disciplina de estágio. Assim, até 2014, os cursos que mais formaram técnicos foram Enfermagem, Informática e Redes de computadores, com quase 12 mil jovens formados.

Na figura 2 está representado o percentual de inserção de egressos das EEEP adentrados no mercado de trabalho, de 2011 a 2014 no Ceará como um todo, possibilitando-nos uma visão comparativa para embasar o estudo.

FIGURA 2: Percentual de inserção de egressos das EEEP no mercado de trabalho, nos anos de 2011 a 2014, no Ceará

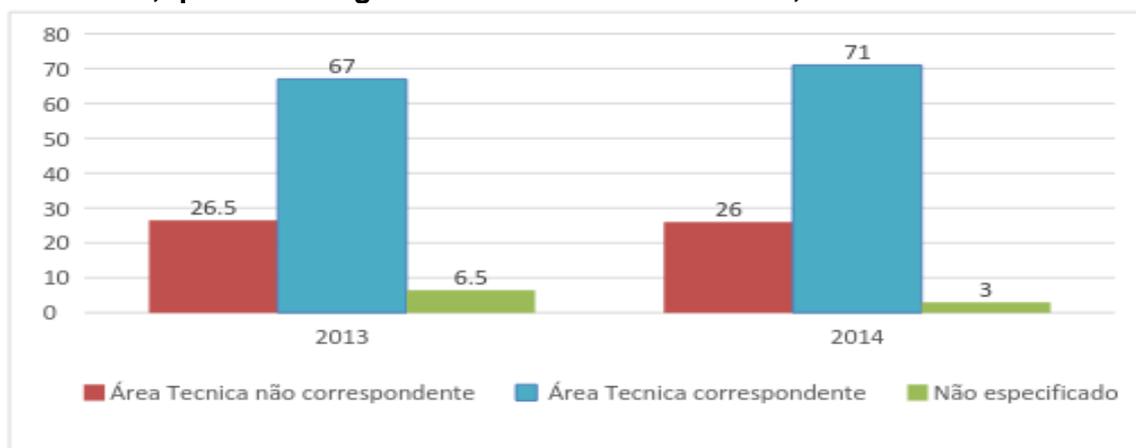
Fonte: COEDP/SEDUC, 2014.

Ao observarmos os dados de inserção de egressos no mercado de trabalho, tem-se que, de 2011 para 2012 houve um acréscimo. Nesse panorama, observa-se

na figura decréscimos do percentual da inserção no período de 2012 a 2014. Todavia, 70% dos alunos que conseguem emprego estão na área de sua formação.

Dessa forma, segundo dados divulgados no site da SEDUC (2014), no período de 2013 para 2014 houve um crescimento no registro na atividade profissional desempenhada pelo aluno na área de formação técnica, após a conclusão do curso nas EEEP:

FIGURA 3: Correspondência percentual entre curso técnico realizado e área técnica trabalhada, quando do ingresso no mercado de trabalho, nos anos de 2013 e 2014



Fonte: SEDUC/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação (2014).

A figura anterior mostrou a queda de inserção no mercado e, apesar disso, os egressos conseguiram emprego na área para a qual se formaram. O crescimento percentual de 4% pode estar relacionado ao “acerto das escolhas profissionais realizadas por egressos e a adequabilidade da oferta educacional ao mercado de trabalho” (SEDUC, 2014).

Diante dessa afirmativa, então, pode-se ressaltar o desafio na qualidade dos cursos, no desenvolvimento humano e profissional, bem como o cuidado na escolha dos cursos a serem ofertados em cada unidade e, especificamente, a organização necessário para o momento do estágio.

Assim, o aumento do número de EEEP na capital ampliou o número de vagas, porém despertou preocupação com a qualidade do ensino, preparação recebida pelo aluno para lidar com as influências do mundo do trabalho no exercício profissional, valores éticos, políticos e sociais de egressos, financiamento desta

política e construção de postos de trabalho, entre outros aspectos que requerem atenção. Ribeiro (2015) também alerta que

(...) o discurso da empregabilidade e qualificação profissional não deixa claro ao trabalhador, todavia, que a formação oferecida através do currículo integrado não é garantia de estabilidade no mercado de trabalho. Também não é esclarecido à população em geral que não há, por melhor e mais incrível que possa ser a bagagem intelectual ou curricular de um indivíduo, nada que possa lhe firmar no seu projeto individual de vida. O negócio da educação não prevê desfecho ou tregua, não admite um ponto de chegada. Mesmo assim, a pedagogia do empreendedorismo não faz nenhuma cerimônia em criar a impressão/ilusão aos estudantes das possibilidades de sucesso consignadas ao término do curso médio integrado e à inserção – por conta da formatura – quase que compulsória ao mercado de trabalho (RIBEIRO, p.103).

Nesse sentido, face à expansão, houve aumento tanto no número de cursos ofertados na EEEP quanto no volume de recursos financeiros demandados para as escolas de tempo integral. Lima (2014) esclarece sobre os investimentos feitos destacando que,

Até 2013, em números totais, houve um investimento em torno de 645 milhões de reais na rede estadual de educação profissional do Ceará. Deste montante, um pouco mais de 304 milhões advindos do Governo Federal através do Brasil Profissionalizado e cerca de 340 milhões do Governo Estadual (LIMA, 2014, p.37).

Cada unidade escolar foi organizada para ofertar, no máximo, 12 turmas. Sabe-se que os gestores das EEEP passam por seleção técnica, análise de currículo, avaliação comportamental e entrevista realizada por equipe contratada pela SEDUC. Até 2009, eles receberam uma formação sobre o modelo de gestão intitulado Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). A esse respeito, Lima (2014) observa que:

Devido à ampliação rápida da rede, aliada ao pequeno número de pessoas envolvidas na equipe de coordenação no início da implantação, a formação dos gestores a partir de 2010 não teve a mesma abrangência que os gestores de 2008 e 2009, principalmente no que se refere à TESE, embora os gestores das novas escolas (a partir de 2010) tivessem os exemplos e o arcabouço de experiências das escolas de 2008 e 2009, os mesmos não tiveram a formação da TESE de maneira mais aprofundada tal como foi feito com os 51 gestores anteriores (LIMA, 2014, p.84).

Dessa forma, após 2010, todos os gestores de EEEP participaram de um curso de formação de líderes denominado “A Essência da Gestão - novos

paradigmas para o exercício do poder e da autoridade” com uma equipe de psicólogos contratada pela SEDUC.

A partir da compreensão sobre o funcionamento das EEEP no estado do Ceará, faz-se necessário explicar como essa política estadual foi desenvolvida na unidade escolar em estudo.

1.3 A EEEP Paulo Freire

As EEEP inauguradas em várias regiões da cidade de Fortaleza foram instaladas, preferencialmente, em áreas de alta vulnerabilidade social, com existência de terreno para construção ou em prédios que estavam com fluxo reduzido de alunos. A SEDUC orientou que, caso não houvesse condições de construção de prédio na região, a escola poderia ser instalada em bairros com prédios suficientes para remanejar os alunos do ensino médio convencional para outra unidade localizada no entorno.

Das 19 escolas instaladas na capital, que concentra a maior quantidade de EEEP do estado, 16 estão em prédios adaptados. As demais tiveram instalações construídas para atender a EEEP com padrão arquitetônico sugerido pelo MEC.

Dentro desse contexto, em março de 2010, inaugurou-se a EEEP Paulo Freire em uma das áreas econômica e socialmente carente da periferia de Fortaleza

A cidade de Fortaleza⁴. foi criada em 1725, tem uma população estimada em 2.571.896 numa área de 314,930 km² dividida em seis regionais (IBGE, 2014). Possui índice de desenvolvimento humano municipal de 0,754 e, em termos de trabalho e renda, 51,7% da população no ano 2000 estava na situação de vulnerabilidade à pobreza, com 40,8% das pessoas de 18 anos ou mais em ocupação informal.

As escolas estaduais de Fortaleza estão localizadas em bairros que são classificados quanto à situação social como: estável, vulnerável alta ou vulnerável baixa. Desta forma, a EEEP/PF está no bairro que faz parte da 6ª região da cidade que reúne seis mil, seiscentos e sessenta e oito (6.668) habitantes e, segundo Censo 2010, conta com 22,9% de jovens e 4,8% de idosos.

⁴ Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/fortaleza_ce#trabalho>. Acesso em: 27 jun. 2015.

A EEEP Paulo Freire utilizou um prédio existente no bairro, no qual antes funcionou uma Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) que foi a primeira instituição pública estadual da região. No entorno desta escola, são frequentes os registros de roubos, furtos e uso de drogas, dentre outros problemas. Assim, quando passou a atuar como EEEP, a escola foi organizada para atender exclusivamente o ensino médio integrado à educação profissional.

Na época da construção da escola, os prédios tinham o formato da letra “H” por apresentar “dois blocos de salas paralelos ligados por um pátio ao centro” (LIMA, 2014, p.108). No entanto, com as pequenas reformas realizadas no ano da reinauguração, este formato sofreu alterações. Sua infraestrutura, com mais de trinta anos de existência, requereu investimentos para modernização e reparos.

Apesar da instalação de equipamentos escolares e dos serviços de climatização das salas de aulas, construção de banheiros e cozinha, o prédio ainda demanda recursos financeiros para superar dificuldades ligadas à melhoria do espaço físico nas áreas administrativas e quadra esportiva, bem como aquisição de bens permanentes.

O parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 14.273, de 19/12/2008, publicada no DOE de 23/12/2008 observa que “para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas EEEP terá jornada de tempo integral”. (2008, Art. 1º). Assim, para as nove horas diárias de estudos, a escola precisa de planejamento pedagógico e provisão de recursos humanos, financeiros e materiais.

A racionalidade na aplicação dos recursos de consumo e serviços tem sido perseguida na EEEP/PF e demais unidades que tiveram o prédio adaptado. Nesse sentido, os cursos estabelecidos para a escola não exigiram laboratório como os utilizados determinados cursos, por exemplo, de técnico em Enfermagem.

Aos poucos, tanto parte do mobiliário quanto títulos de livros técnicos sugeridos para compor o acervo da biblioteca foram encaminhados para a escola pela SEDUC. Atualmente, este acervo é composto por aproximadamente 9 (nove) mil volumes.

A escola possui 10 salas de aulas climatizadas, um laboratório de Ciências, um laboratório de Informática, uma biblioteca e uma sala de leitura; uma secretaria; uma sala para coordenação escolar e outra para coordenadores de curso que também é utilizada pelos diretores de turma.

O espaço da diretoria é destinado também para a assessoria financeira e tem uma divisória que permite acesso para o almoxarifado. Há também uma sala dos professores; uma quadra esportiva pequena, coberta e sem arquibancadas; uma área coberta utilizada como refeitório; uma cozinha; uma sala para o grêmio estudantil e conselho escolar; um banheiro masculino, um banheiro feminino e outro para pessoas com deficiências além de dois pátios pequenos descobertos. Existem áreas dentro do terreno da escola disponíveis para ampliação do espaço construído e até para organização de locais de lazer ou convivência.

O centro de multimeios da EEEP/PF conta com sete televisões, três projetores multimídias, 25 computadores no laboratório de Informática, 45 notebooks do laboratório móvel de Informática, equipamentos necessários para o funcionamento do laboratório de Ciências e de Hardware.

O corpo docente é formado por professores efetivos e contratado temporariamente pela SEDUC que ficam responsáveis pelas aulas das disciplinas da base nacional comum e parte diversificada do currículo. Eles participam de processo seletivo específico, conforme graduação em suas áreas de atuação, para trabalharem na escola profissional com função de diretores de turma, docente em sala de aula ou lotados nos espaços de multimeios.

A matriz curricular tanto do curso de Informática quanto o de Secretariado totaliza 5400 horas de trabalho. No curso de Informática, as disciplinas da formação geral perfazem um subtotal de 2620 horas e compreendem: Língua Portuguesa, Artes, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Educação Física, Geografia, História, Sociologia e Filosofia, Matemática, Química, Física, Biologia.

Já a parte diversificada ocupa 1280 horas de trabalho escolar e envolve disciplinas como: Projetos interdisciplinares, Formação para Cidadania, Inglês Técnico, Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Projeto de Vida, além do Horário de Estudo.

Entre as disciplinas da formação profissional do referido curso com um subtotal de 1500 horas, destacam-se: Informática Básica, Lógica de Programação, Arquitetura e Manutenção de Computadores, Sistemas Operacionais, HTML/CSS, POO/JAVA, PHP/MySol, Java Scrip/PHP, Redes de Computadores, Banco de Dados, Laboratório Hardware, Laboratório de Software e Laboratório WEB, além de Estágio Curricular.

O curso de Secretariado conta com as mesmas disciplinas da parte diversificada e da formação geral listadas para o curso de Informática. Todavia, a parte diversificada conta com 1760 horas e as disciplinas da formação profissional totalizam 1020 horas. Elas compreendem: Informática Básica, Psicologia Comportamental, Matemática Comercial, Qualidade em Prestação de Serviços, Gestão e Organizações, Introdução aos Processos Administrativos, Técnicas de Redação, Noções de Organização de Eventos, Informática Aplicada ao Secretariado, Economia e Mercado, Documentação e Arquivismo, Direito e Legislação, Desenvolvimento de Projeto, Técnicas e Rotinas Secretariais I e II, além do Estágio Curricular.

O grupo docente também é composto por professores que participam de seleção organizada pelo Instituto CENTEC e podem assumir funções de docência, coordenação de curso ou orientação de estágio. Os professores técnicos ficam vinculados ao CENTEC, respeitando o contrato de gestão firmado entre este instituto e a SEDUC. Observando as disciplinas da matriz curricular de cada curso, eles ministram aulas das disciplinas da formação profissional.

O núcleo gestor da EEEP/PF é constituído por uma diretora geral, três coordenadores escolares, um assessor administrativo-financeiro e uma secretária que coordenam os demais profissionais e líderes de turma, juntamente com o Conselho escolares e Grêmio Estudantil. Entre os instrumentos de gestão destacam-se o Regimento escolar, PPP, Programa de ação e Plano de Gestão.

Atualmente, a comunidade escolar da EEEP/PF é organizada conforme tabela 3:

TABELA 3 – Composição da equipe da EEEP/PF

Grupos	Composição
a) Equipe gestora	1 diretora, 3 coordenadores escolares 1 secretária e 1 assessor administrativo-financeiro ⁵
b) Equipe docente	15 professores (disciplinas base nacional comum e da parte diversificada do currículo) e 12 professores (disciplinas técnicas).
c) Secretaria escolar	4 funcionários
d) Centro de Multimeios	1 professora (regente) e 1 professora readaptada (apoio)
e) Laboratórios	1 laboratório móvel de informática com 45 notebook, 1 laboratório de Ciências (Física, Química e Biologia), 1 de laboratório de Informática

⁵ Em conformidade com o Decreto nº 31.221, de 03 de junho de 2013 foi agregado o cargo comissionado Assessor Administrativo-Financeiro com a simbologia DAS-2 à equipe das Escolas Públicas Estaduais do Ceará.

	e 1 de Hardware utilizado pelos professores das disciplinas da Base Nacional Comum e Formação Profissional.
f) Apoio para limpeza e vigilância	3 auxiliares de serviços gerais 1 vigilante diurno, 1 vigilante noturno e 1 porteiro
g) Organismos Colegiados	Congregação dos Professores, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, Unidade Executora.
h) Corpo discente	360 alunos divididos em 10 turmas ordenadas por curso e série.

Fonte: Secretaria da EEEP Paulo Freire, 2016.

Do total de profissionais, apenas 26% pertencem ao quadro efetivo da rede estadual, os demais são contratados temporariamente. Eles elaboram seus programas de ação e contribuem na construção coletiva do plano de ação da escola que, segundo Magalhães (2013) “são documentos que definem objetivos, prioridades, resultados esperados (metas), estratégias a utilizar e os indicadores, através dos quais é possível verificar o atingimento dos objetivos em cada uma das premissas ou áreas previstas na TESE” (2013, p. 105)

O acompanhamento do plano de gestão e programas de ação é realizado pelo núcleo gestor e superintendência escolar. Cada profissional elabora o seu programa de ação e este documento também compõe o PPP.

As EEEP do estado têm como missão:

integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica através de educação acadêmica de excelência, formação para o mundo do trabalho e práticas e vivências em protagonismo juvenil. (CEARÁ, 2008, s/p)

E em 2015, a comunidade escolar da EEEP/PF atualizou o seu PPP estabelecendo como missão, visão de futuro, premissas e conceitos:

Missão: Formar o cidadão ético, capaz de atuar e intervir para o bem-estar da sociedade. Visão de futuro: Ser referência na formação humana e profissional até 2020. Premissas: Protagonismo juvenil e docente, formação continuada e corresponsabilidade. Conceitos: Delegação planejada, responsabilidade social. (PPP, 2015, s/p)

Entre os projetos desenvolvidos na escola destaca-se o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) e, na parte diversificada do currículo, a disciplina Empreendedorismo, desenvolvida com apoio do SEBRAE; bem como a disciplina Projeto de Vida que conta com o apoio do Instituto Aliança na formação continuada dos professores e elaboração do material didático.

Segundo a SEDUC, o Projeto Professor Diretor de Turma repercutiu

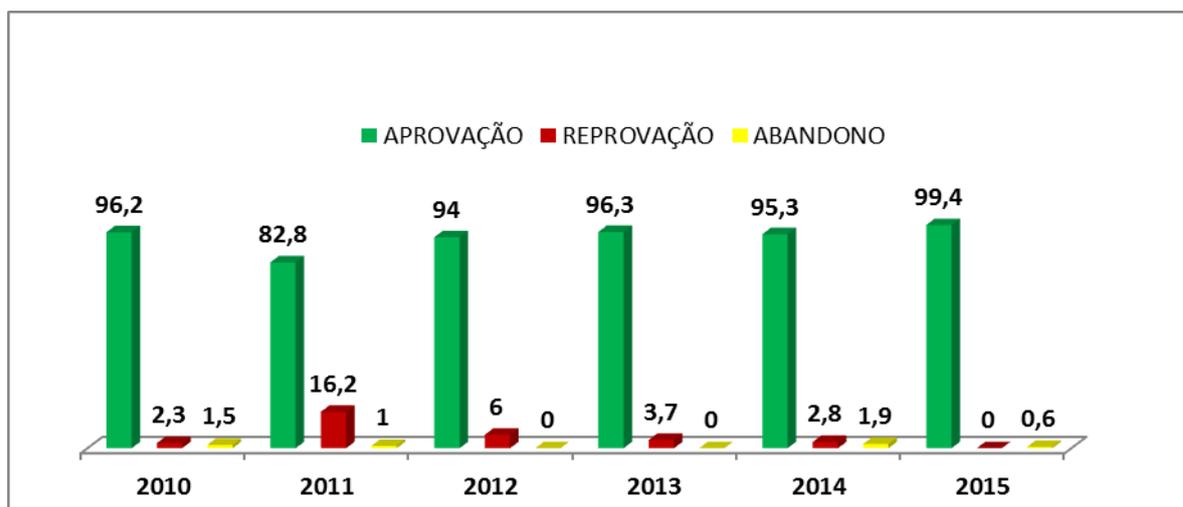
(...) tanto na melhoria do clima escolar, alunos mais confiantes e menos agressivos, como na melhoria dos índices de frequência dos mesmos. Os professores sentem-se mais entrosados, integrados, responsáveis e mais vinculados às turmas e, conseqüentemente, mais entusiasmados com a função que estão desempenhando.” (SEDUC, 2014, s/p).

Em 2016, o corpo discente apresenta 360 jovens matriculados nas 10 turmas, sendo quatro de 3º anos, duas de 2º ano e quatro de 1º ano nos cursos de técnicos em Informática (3 turmas), Finanças (1 turma), Contabilidade (2 turmas), Multimídia (1 turma), Administração (1 turma) e Secretariado (2 turmas).

E, conforme dados da secretaria escolar, os alunos atendidos na escola pertencem, em sua grande maioria, à classe econômica de menor poder aquisitivo.

Quanto ao rendimento dos alunos, percebe-se redução significativa no número de reprovações ao longo dos anos de funcionamento da escola. Com o fim de atender as necessidades/ritmos de aprendizagem dos alunos, são organizadas aulas, exposições, seminários, palestras, estágios, olimpíadas, visitas técnicas, aulas de campo, feiras científicas/culturais, concursos, jogos escolares e demais atividades que contribuem para a formação dos alunos durante os três anos do ensino médio integrado à educação profissional (PPP, 2015).

FIGURA 4 - Taxas de Rendimento 2010 – 2015



Fonte: Secretaria da EEEP/PF, 2016.

Pela figura, é possível verificar que houve um aumento no número de aprovações de 2011 para 2012 e em 2014 para 2015, tendo redução gradativa no número de abandono de 2010 até 2012. Em 2014, o abandono apresentou um crescimento seguido de decréscimo em 2015. Para 2016, foram intensificadas ações

com foco na aprendizagem como acompanhamento das aulas pelo coordenador escolar e maior comunicação do Professor Diretor de turma e coordenador de curso entre outros projetos de aprendizagem implementados provocam resultados positivos nas avaliações internas.

Observa-se também que o percentual de abandono é pequeno, porém a quantidade de solicitação de transferências registradas na secretaria requer o estabelecimento de estratégias ainda mais efetivas para melhoria do trabalho escolar, principalmente quando o motivo apresentado pelo aluno possibilitar uma intervenção da escola.

Quanto à participação da escola em avaliações externas como a do Sistema permanente de Avaliação do Estado do Ceará, a tabela 4 mostra os dados de participação da escola nos últimos cinco anos, em um comparativo com as três séries da escola, sendo que em 2011 não havia 3º ano em funcionamento e em 2015 somente o 1º ano pode participar da avaliação.

TABELA 4 - SPAECE - Participação 2011 – 2015

SPAECE - PARTICIPAÇÃO 2011 - 2015									
	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	Previsto	Efetivo	%	Previsto	Efetivo	%	Previsto	Efetivo	%
2011	156	136	87,1	139	122	87,7	--	--	--
2012	78	69	88,4	107	103	96,2	112	105	93,7
2013	153	140	91,5	59	59	100	98	98	100
2014	126	126	100	36	36	100	21	21	100
2015	77	77	100	--	--	--	--	--	--

Fonte: Secretaria da EEEP/PF, 2016.

Percebe-se crescimento de participação no ano de 2012 para 2013 tanto no 1º, 2º e 3º anos. De 2013 para 2014 foi alcançada a taxa de 100% de participação no 1º ano com manutenção deste percentual no 2º e 3º ano, bem como em 2015 no 1º ano.

Já a tabela 5 apresenta o resultado de proficiência alcançado pelos alunos no período de 2011 a 2014.

TABELA 5 - SPAECE - Proficiência 2011 - 2014

SPAECE - PROFICIÊNCIA 2011 - 2014						
	1º ANO		2º ANO		3º ANO	
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática

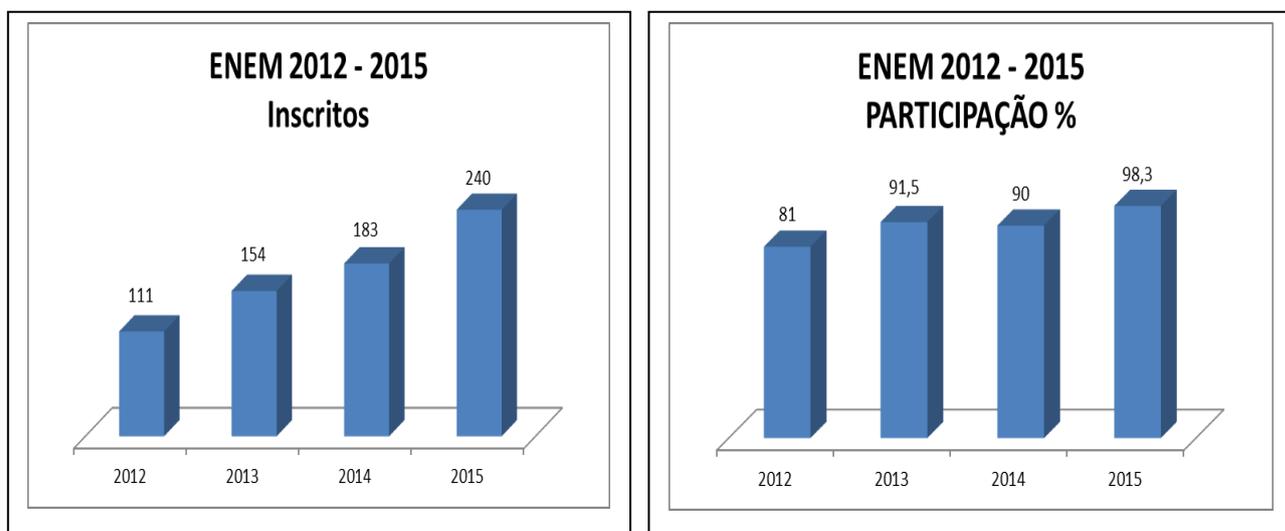
2011	275,6	277,6	281,2	278,3	--	--
2012	278,9	276,1	292	297,4	266,5	278
2013	278,8	273,6	285	306	292,3	301,1
2014	279,9	280,5	290,3	281,4	294,3	284,1

Fonte: Secretaria da EEEP Paulo Freire, 2015.

A proficiência dos discentes em Língua Portuguesa apresenta crescimento nas três séries do Ensino Médio. Contudo, em Matemática, requer intervenções como mostrou a tabela 5. Assim, a escola obteve resultado semelhante a das demais unidades escolares em Língua Portuguesa, porém devido a pontuação inferior em Matemática o quadro de professores da disciplina foi ampliado, ao coordenador escolar foi proporcionado maior tempo para o trabalho de formação continuada com mais proximidade dele com o cotidiano da sala de aula.

A figura 5 mostra que os alunos da escola estão atentos a inscrição e participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

FIGURA 5 – ENEM: Inscritos e participação: 2012 – 2015



Fonte: Secretaria da EEEP Paulo Freire, 2016.

Conforme relatório da Coordenadoria de Educação Profissional da SEDUC (COEDP), o resultado da inserção na universidade das turmas 2010-2012 apresentou 2013 alunos aprovados, correspondendo ao percentual de aprovação de 32,7%.

Nos dados disponíveis na secretaria da escola, observa-se que o somatório de inserção na universidade chega a 113 jovens do total de 353 atendidos até 2014. Isso corresponde a 32% de inserção. É importante destacar que os dados de 2014

ainda estavam em fase de coleta sugerindo a necessidade de futura atualização. Assim, a inserção dos alunos a educação superior requer um estudo específico, para maior aprofundamento.

Este tópico apresentou os resultados rendimento escolar, participação no SPAECE e proficiência para destacar o trabalho pedagógico desenvolvido na escola. No entanto, em reuniões na EEEP/PF foram feitos questionamento sobre a adequabilidade dos cursos ofertados na escola, o preparo dos jovens para lidar com as influências do mundo do trabalho sobre seu exercício profissional, as contribuições do ensino médio integrado à educação profissional na formação dos jovens atendidos na escola, além de outras observações avaliativas.

Essas reflexões contribuíram para formulação da questão de pesquisa, anteriormente citada: qual a percepção de egressos sobre a adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio ofertados na EEEP/PF?

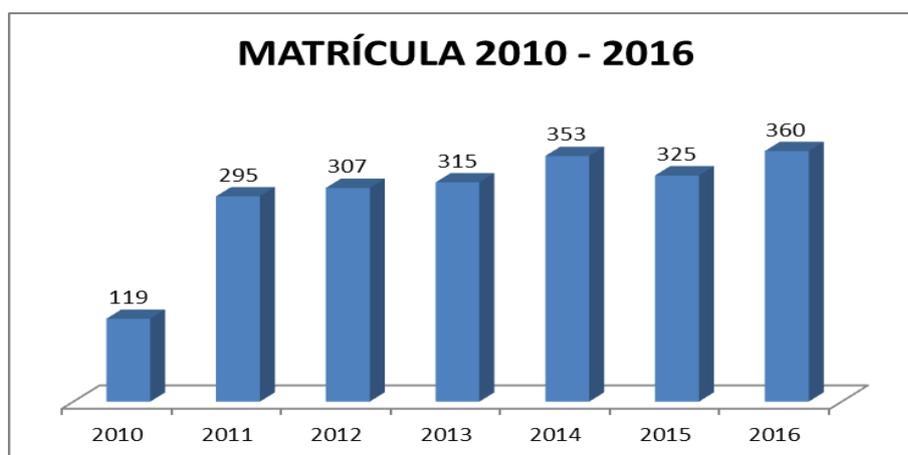
1.4 Cursos ofertados na EEEP/PF e mapeamento de egressos

Os cursos ofertados na EEEP/PF foram sugeridos pela SEDUC considerando os arranjos produtivos locais. Araújo (2013) destaca - com base em sua pesquisa sobre a gestão do letramento digital em EEEP - que a definição dos cursos nessas escolas “considera a vocação econômica de cada região delimitada com base em estudo realizado pela SEDUC, em parceria com outras instituições” (ARAÚJO, 2013, p.28).

A intenção é que haja melhoria da qualidade de vida dos jovens egressos, não apenas pela melhor remuneração, mas principalmente com a ampliação do projeto de vida de cada um deles. Assim, no ato da inscrição, os alunos precisam escolher o curso, dentre os que estão sendo ofertados, que julguem ser o mais alinhado com seu projeto de vida.

No período entre 2010 a 2016, as vagas preenchidas na EEEP/PF apresentaram oscilação, como observa-se na figura 6.

FIGURA 6 - Evolução do número de matrícula (2010-2016)



Fonte: Secretaria da EEEP Paulo Freire, 2016.

Parte dessa alteração no número de alunos justifica-se pela quantidade de turmas aumentadas ou reduzidas, considerando as possibilidades de salas disponíveis em cada ano letivo. A capacidade máxima da escola compreende dez turmas com quarenta alunos em cada sala. Essa quantidade de turmas só pode ser obtida no ano de 2012, conforme serie histórica, apresentada na tabela:

TABELA 6– Serie histórica dos cursos ofertados na EEEP/PF

Cursos técnicos ofertados na EEEP/PF						
Ano	Eixo tecnológico			Nº de novas turmas	Total de turmas	Total de turmas concludentes
	Gestão e Negócios	Informação e Comunicação	Produção Cultural e Design			
2010	Administração, Contabilidade, Secretariado.	Informática	--	04	04	--
2011	Administração, Contabilidade, Secretariado.	Informática	--	04	08	--
2012	Secretariado	Informática	--	02	10	04
2013	Administração, Comércio, Secretariado.	Informática	--	04	10	04
2014	Administração, Contabilidade, Secretariado.	Informática	--	04	10	02
2015	Contabilidade	Informática	--	02	10	04
2016	Administração, Finanças, Secretariado.	Informática	Multimídia	04	10	* Ano letivo em curso

Fonte: Secretaria da escola, 2016.

Na tabela, foram destacados os cursos que se repetiram em todos os anos da serie histórica, isto é, Secretariado e Informática. Observa-se que, em 2012, a

escola completou o primeiro ciclo ao formar as quatro primeiras turmas. No ano seguinte, mais quatro turmas concluíram o curso e, em 2014, somente duas turmas participaram da conclusão do curso.

Vale ressaltar que os alunos apresentam os resultados obtidos no ensino fundamental contidos no histórico escolar para os procedimentos de matrícula e os registros da secretaria da escola feitos no período de inscrição evidenciam dificuldades para preenchimento das vagas disponíveis no curso técnico em Secretariado. Assim, alguns alunos registraram nos formulários que, por exemplo, estavam se matriculando no curso de Secretariado por não ter conseguido vagas em outro curso, que era sua a primeira opção de matrícula. Dessa forma, a exclusão do curso de Secretariado foi cogitada na escola.

Os registros da secretaria demonstraram que, em anos anteriores, formou-se uma lista de espera para o curso de Informática, por ter demanda um pouco maior que o número de vagas ofertadas. Portanto, como evidenciado anteriormente, alguns depoimentos avaliativos de membros da comunidade escolar sugerem que a qualidade da formação nesse curso é melhor que a os demais ofertados na escola. Outros depoimentos acrescentam que o curso técnico em Secretariado é frágil, fácil de cumprir, muito aquém daquilo que os alunos precisam para a inserção no mundo do trabalho.

Quanto à matrícula de alunos concludentes do 9º ano, como citado anteriormente, a portaria de matrícula, em anexo, estabelece que 80% das vagas na EEEP devem ser destinadas a jovens oriundos das escolas da rede pública. Todavia, essa portaria não se constitui na EEEP/PF num processo seletivo que classifica os melhores alunos.

Em 2015, somente o curso de Informática teve a formação de lista de espera com jovens que pleitearam uma futura oportunidade de vaga, provocada pela solicitação de transferência de alguns dos classificados e que pode ser ocupada até antes do término do primeiro semestre do primeiro ano do curso. Vale destacar que, conforme dados da secretaria, todos os inscritos, inclusive os que estavam na lista de espera, puderam efetuar sua matrícula na escola no referido ano letivo.

Diante disso, dos dados do histórico escolar referentes ao ensino fundamental e dos resultados da avaliação diagnóstica, aplicada na primeira semana de aula, observa-se que a maioria dos alunos novatos que ingressam na escola apresenta

notas próximas a média do estado e, em alguns casos, notas inferiores. Desta forma, são aplicadas intervenções entre elas estudos de recuperação e monitoria.

No seminário de Introdução ao Curso, realizado para familiares e os alunos das turmas de 9º ano do ensino fundamental, são esclarecidos aspectos relevantes dos cursos ofertados, aporte de recursos materiais, humanos e financeiros do estado para manutenção da escola, organização das três refeições diárias, além do recebimento dos livros das disciplinas da base nacional comum, das apostilas técnicas, da camisa da farda com a identificação da escola e uniforme de Educação Física para as atividades práticas desta disciplina.

O referido seminário ocorre antes da matrícula e conta com participação da equipe de profissionais da escola, bem como dos jovens concluintes da EEEP/PF que evidenciam a necessidade dos alunos permanecer na escola em tempo integral, pois as aulas nove aulas diárias ocorrem das 7 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, durante os três anos de estudos. Essa preocupação se justifica pela quantidade de famílias que contam com os filhos maiores para atendimento dos irmãos menores, enquanto os pais trabalham ou para apoio nos empregos informais.

Para o grupo é esclarecido também que, em conformidade com o Decreto Estadual n. 30933 de 29 de junho de 2012, no último semestre letivo, os alunos também participam da disciplina prática de Estágio Curricular, alinhado com o curso estudado, com direito a uma bolsa equivalente a carga horária estagiada por cada discente para o cumprimento do plano de atividades correspondente ao curso.

Na oportunidade, alguns alunos novatos falam sobre suas expectativas e interesses, o que o curso técnico de nível médio representa para eles e comentam sobre a possibilidade de prosseguir para a educação superior, logo após o término do ensino médio. Outros também destacam a oportunidade de profissionalização e inserção no mundo do trabalho.

Com essas e outras ações como as aulas de Formação para a Cidadania do Projeto Professor Diretor de Turma, sugere-se que parece existir na escola, uma preocupação em compreender a percepção do jovem sobre os limites e possibilidades do trabalho escolar na formação de cada um deles.

A proposta curricular fundamenta-se nos princípios norteadores da educação profissional e tecnológica previstos nos artigos 39 a 42 da Lei n. 9.394/96 e suas atualizações posteriores. A estrutura curricular na EEEP leva compreende

disciplinas da Base Nacional Comum, as da Formação Profissional e a parte diversificada do currículo.

De acordo com o relatório de gestão (2014), é importante que a escola contribua para fortalecer a colaboração entre os professores da base nacional comum e formação profissional:

(...) da base comum e da base técnica, no sentido de qualificar a formação na mesma direção pedagógica. Considerando o objetivo e o perfil revisados, redesenhou-se, também, a matriz do curso no sentido de harmonizar a oferta de disciplinas com o perfil profissional, bem como, remodelar os pré-requisitos de conteúdos entre as disciplinas da base comum e técnica. As disciplinas da base comum têm seus objetivos pedagógicos bem delineados pelos parâmetros nacionais curriculares. Por outro lado, para as disciplinas que compõem a base técnica houve a necessidade de propor objetivos de aprendizagem no intuito de estabelecer parâmetros, que direcionassem a formação do aluno para aprendizagem integral em consonância com o objetivo e perfil do egresso delineado (SEDUC, 2014, p. 62).

As matrizes curriculares integram cada curso e contam com carga horária total de 5400 horas. No último ano do curso, mais precisamente no último semestre, oportuniza-se aos alunos a disciplina de estágio curricular. O estágio é realizado no período da tarde e com duração de quatro horas diárias, perfazendo um total mínimo de 400 horas por aluno.

A Lei nº 11788/2008 define e classifica as relações relativas ao estágio. Afirma essa norma que o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, observando diretrizes curriculares, modalidade e determinação do PPP do curso. Na EEEP, o estágio é obrigatório para o término do curso e, conforme o Instituto Tecnológico e Vocacional Avançado (ITEVA), o governo:

(...) arca com todos os custos, disponibilizando os estagiários sem nenhum ônus para as empresas. É nessa ação que percebemos a “grande sacada” da SEDUC, pois isso facilita com que todos cumpram com a exigência do estágio e a possibilidade de efetivação é potencializada (ITEVA, 2015, p7).

A carga horária total de estágio, considerando os eixos dos cursos ofertados na EEEP/PF, é de 400 horas e conforme o Guia do Estágio Curricular (SEDUC, 2014),

O estágio curricular faz parte da proposta dos cursos técnicos e é realizado em diferentes instituições, oportunizando ao estudante a vivência direta com a realidade que fará parte de sua atuação como futuro profissional. É realizado sob orientação e supervisão dos orientadores de estágio que também são responsáveis pelo processo de avaliação desse período. A carga horária total do estágio será (...) antecedida de momentos de aprendizagens

práticas, desenvolvidas como atividades complementares relacionadas à prática profissional, como forma de proporcionar maior aprofundamento teoria prática na parte de formação profissional (SEDUC, 2014).

As atividades referentes aos estágios curriculares nas EEEP são definidas também pelo Decreto Estadual 30.933, de 29 de junho de 2012. Durante o estágio, o estado proporciona além da bolsa para cada estudante, um profissional orientador de estágio por curso.

Conforme o Guia de Estágio Curricular (2014) são atribuições do Orientador de Estágio: cadastrar-se no SICE; conhecer o campo de atuação do estágio; avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estudante; elaborar o plano de estágio; planejar as atividades de orientação, encaminhamento, acompanhamento e avaliação dos estagiários; articular junto a instituições públicas, privadas, particulares, parcerias buscando a abertura de vagas para o estágio; orientar os estagiários quanto às condições de realização do estágio, procedimentos, ética, responsabilidades, normas inerentes ao estágio, importância de articulação dos conteúdos aprendidos à prática em campo de estágio, determinações do termo de compromisso de estágio, dentre outros (SEDUC, 2014).

O objetivo principal desse profissional, também no âmbito da EEEP/PF, é auxiliar na aproximação do jovem com o mundo do trabalho de forma que possa desempenhar, na prática, os saberes e valores estudados na sala de aula.

Para a execução do estágio são celebrados convênios com entidades públicas e privadas que, sem ônus financeiros, disponibilizam o espaço para que o jovem possa exercitar atividades específicas da sua formação.

Durante o estágio, solicita-se que a empresa, órgão ou instituição possibilite um funcionário efetivo para atuar como supervisor de estágio a fim de recepcionar, orientar e informar o desempenho dos estagiários no local de trabalho, contribuindo para que as atividades realizadas por ele estejam de acordo com o perfil profissional do curso. Algumas empresas, logo após a conclusão do estágio, oferecem oportunidade de contratação convidando os jovens para comporem o seu quadro de funcionários.

Segundo o censo escolar, até o término do ano letivo de 2014, foram entregues 255 diplomas na EEEP/PF. Assim, passa-se à investigação, nos quadros

a seguir, sobre a quantidade de alunos formados por turmas, considerando também o ano de ingresso e a quantidade de matriculados:

QUADRO 2 - Dados dos cursos técnicos pesquisados na EEEP/PF

Curso 1	Ano de conclusão	Matriculados	Concludentes	Percentual de conclusão
Secretariado	2012	40	28	70 %
	2013	40	23	57,5 %
	2014	40	29	72,5 %
	Total	120	80	66,6%
Curso 2	Ano de conclusão	Matriculados	Concludentes	Percentual de conclusão
Informática	2012	40	30	53 %
	2013	40	32	50 %
	2014	40	28	43 %
	Total	120	90	48,6 %

Fonte: Secretaria da escola, 2016.

No quadro 2 observa-se uma média de 66,6% de conclusão de alunos no curso de Secretariado e 48,6% no curso de Informática, que é considerado um índice baixo. Percebe-se através de informações coletadas com os professores que, a equipe pedagógica tem priorizado o trabalho com foco na permanência do aluno na escola e formação continuada dos professores.

Essa formação, segundo os relatórios arquivados na secretaria, envolve a divulgação dos resultados das avaliações externas e planejamento de ações de intervenções para melhoria destes resultados, além do acompanhamento das atividades dos professores pela coordenação através de atendimentos individuais com os professores na forma de *feedback* semanais, após visitas do coordenador às salas de aula e observações dos planos de aula.

Os registros do trabalho escolar demonstram, nas reuniões administrativas e pedagógicas com a equipe escolar, o compromisso do grupo em atingir metas ousadas de conclusão do curso em cada turma. Todavia, a taxa de conclusão da escola, em relação ao cenário nacional, está apenas um pouco superior a atingida pelo ensino médio integrado no Brasil. No ano de 2012, essa taxa de conclusão foi de 46,8%, conforme relatório de auditoria operacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (TCU, 2012, p. 10).

Sabe-se que, de acordo com a LDB, quanto mais alunos conseguirem concluir o curso maior será o preparo deles para o exercício da cidadania e

qualificação para o trabalho. Sendo assim, favorecer a conclusão dos cursos e gerar condições de ocupação produtiva está entre os desafios da sociedade atual.

Além disso, as mudanças constantes no mundo do trabalho trazem desafios ao cotidiano do estágio, entre elas destaca-se a necessidade de conciliar os interesses do curso com as expectativas dos preceptores perante o ambiente profissional. Assim, no documento intitulado Itinerário formativo do curso em Informática (2014) consta que ele está estruturado de modo a:

Preparar o estudante para a vida produtiva, através do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à formação integral do cidadão crítico-reflexivo, mediante um currículo integrador de conteúdos do mundo do trabalho e da prática social do estudante, levando em conta as múltiplas dimensões da formação humana e os saberes de diferentes áreas do conhecimento, permitindo, entretanto, que o profissional, uma vez inserido no mercado (formal ou informal) seja capaz de permanecer nele, apesar das dificuldades advindas das rápidas transformações (SEDUC, 2014, p.6).

Segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o curso técnico em Informática pertence ao eixo tecnológico Informação e comunicação e contribui para que o aluno:

Desenvolva programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utilize ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realize testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Execute manutenção de programas de computadores implantados (MEC, 2014, s/p).

Nessa formação pode ser abordada lógica e linguagens de programação, sistemas operacionais, hardware, interpretação de especificações de sistemas computacionais, banco de dados, entre outros temas. Ainda, de acordo com o catálogo citado anteriormente, os profissionais que concluem esse curso as podem atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores.

O Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos apresenta também o curso técnico em Secretariado, ressaltando que ele faz parte do eixo tecnológico Gestão e negócios e contribui para que o aluno possa organizar:

(...) a rotina diária e mensal da chefia ou direção, para o cumprimento dos compromissos agendados. Estabelece os canais de comunicação da chefia ou direção com interlocutores, internos e externos, em língua nacional e

estrangeira. Organiza tarefas relacionadas com o expediente geral do secretariado da chefia ou direção. Controla e arquiva documentos. Preenche e confere documentação de apoio à gestão organizacional. Utiliza aplicativos e a internet na elaboração, organização e pesquisa de informação (MEC, 2014, s/p).

Ainda, conforme o catálogo, entre as temáticas estudadas podem ser observadas técnicas e rotinas secretariais, conhecimentos de língua portuguesa e estrangeira, legislação e organização empresarial, economia, psicologia comportamental, gestão e organização do trabalho e marketing pessoal, entre outras abordadas na formação. Como possibilidade de atuação encontram-se as instituições públicas, privadas e do terceiro, além de indústrias e comércio.

Este tópico tratou de alguns aspectos ligados a implantação do ensino médio integrado à educação profissional no Ceará e a expansão das escolas estaduais de educação profissional em Fortaleza. Trouxe também um breve relato sobre a dinâmica de funcionamento destas escolas com destaque para a EEEP/PF.

Ressaltou-se que o processo de implantação das EEEP iniciado em 2008, buscou atender a maior quantidade possível de municípios cearenses, porém é importante saber se, na percepção dos jovens atendidos, existe adequabilidade quanto aos cursos técnicos de nível médio ofertados nestas escolas.

Diante do exposto, no próximo capítulo, de caráter teórico-metodológico e analítico, serão apresentadas e analisadas as informações obtidas a partir de análise documental, entrevista realizada com docentes e aplicação de questionários a egressos do ensino médio integrado à educação profissional.

2 OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E A PERCEPÇÃO DE EGRESSOS DA EEEP/PF

Para subsidiar o estudo de caso, no capítulo anterior foi apresentada, em linhas gerais, a implantação do ensino médio integrado à educação profissional no Ceará e em Fortaleza, com destaque para a escola pesquisada.

Este capítulo, estruturado em duas seções, busca apresentar uma análise sobre os cursos técnicos de nível médio, sob a ótica dos alunos que concluíram os cursos de Informática e Secretariado, num recorte temporal compreendido entre a primeira turma que ingressou em 2010 e a que, até a data de elaboração da pesquisa, era a última que concluiu o curso em 2014.

A primeira seção aborda os aspectos metodológicos. Em seguida, apresenta-se o perfil de egressos e docentes participantes da pesquisa. Finalmente, evidenciam-se observações deles sobre os cursos técnicos de nível médio com ênfase nos desafios encontrados no estágio, as demandas no mundo do trabalho para os profissionais formados, entre outros aspectos.

Entende-se que compreender a percepção dos alunos formados pode contribuir para a melhoria das atividades pedagógicas, possibilitando uma compreensão sobre as influências que o mundo do trabalho tem exercido na atividade profissional desenvolvida por alguns deles, bem como registros de vivências de egressos.

2.1 Aspectos metodológicos

Como apresentado na introdução deste estudo, propõe-se analisar a percepção de egressos da EEEP/PF acerca da adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio. Trata-se de uma pesquisa que se configura como um estudo de caso e segundo Yin (2001):

(...) investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência. (YIN, 2001, p. 32).

Ainda segundo o autor, o estudo de caso beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta (YIN, 2001). Para tanto, recorreu-se a análise documental como Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Relatórios, entre outros. Também foram utilizados questionários autoaplicáveis e entrevistas escritas que foram enviados via *internet* para os endereços eletrônicos de egressos (Apêndice 1) e dos professores orientadores de estágio dos cursos de Informática e Secretariado (Apêndice 2).

O interesse por esses cursos está ligado ao fato de eles terem se mantido em todas as ofertas apresentadas na escola, desde sua adaptação para o atendimento exclusivo ao ensino médio integrado à educação profissional em 2010. Assim, é interessante ressaltar os sujeitos da pesquisa, conforme tabela 7:

TABELA 7: Sujeitos da pesquisa

Grupos	Sujeitos da pesquisa	Quantidade prevista de participantes	Respondentes
1	Egressos dos cursos técnicos em Informática e Secretariado	105	94
2	Docentes orientadores de estágio	6	6
Total		111	100

Fonte: Elaborada pela autora com dados das entrevistas e questionários aplicados.

Na tabela foi detalhado o quantitativo dos sujeitos participantes da pesquisa, referente a cada segmento. No grupo 1 estão os egressos que concluíram o curso técnico em Informática e Secretariado, nos anos de 2012, 2013 e 2014. Já o grupo 2 é formado por seis docentes orientadores de estágio na EEEP/PF.

É importante destacar que todos tiveram suas identidades mantidas sob sigilo, pois os nomes e cargos/funções verdadeiros dos respondentes das entrevistas e questionários foram substituídos pelas expressões “Docente nº [número]”, “Egressos nº [número]”.

O conjunto de perguntas dos questionários aplicados a egressos envolveu aspectos relacionados ao perfil deles, ano que entrou na escola, interesse inicial do jovem pelo curso, atuação na área de formação do curso e grau de satisfação deles com os cursos ofertados na escola, além de outros questionamentos.

Conforme registros das fichas de matrícula, os jovens atendidos na EEEP/PF podem ser considerados como um público em vias de formação e inserção no mercado de trabalho, que enseja “em suas proposições teórico-filosóficas e práticas

toda uma base de conhecimento, atitudes e habilidades a serem internalizados” (Velasco, 2011, p. 4).

Assim, na tabela 8, foi apresentada a quantidade de egressos participantes da pesquisa por curso e turma.

TABELA 8: Quantidade de egressos participantes da pesquisa por curso e turma

Egressos do curso técnico em	Quantidade de egressos participantes por curso/turma			Total
	2010/2012	2011/2013	2012/2014	
Informática	11	18	22	51
Secretariado	15	14	14	43
Total				94

Fonte: Elaborada pela autora com dados do questionário.

A partir da tabela, é possível afirmar que 54,2% dos participantes são egressos do curso técnico de Informática. Dos 45,8% de respondentes do curso técnico em Secretariado, 15 pertencem a primeira turma de concludentes.

Através da secretaria da escola, foi possível receber informações sobre os números telefônicos e e-mail da maioria dos egressos para envio do questionário, porém quando se estuda egresso, um fator que a ser considerado é a mudança de endereço e demais dados necessários para sua localização.

Dessa forma, não foi possível contatar com todos os egressos, em virtude também do tempo decorrido entre a conclusão do curso e o início da pesquisa. Assim, outros contatos foram conseguidos também através da rede social com o apoio dos professores e, no primeiro momento, dos 170 alunos formados nos dois cursos pesquisados, conseguiu-se convidar 105 egressos para participar da pesquisa. A eles, foi explicado o objetivo da pesquisa e solicitou-se a colaboração em responder ao questionário que foi enviado por meio do correio eletrônico.

Ao final de duas semanas, contava-se com 76 respondentes. A fim de conseguir mais respostas, novamente, partiu-se para novas mensagens por meio eletrônico. Portanto, obteve-se a participação de 94 alunos formados, alcançando uma média de retorno de 89,5% em relação ao total de jovens que, no primeiro momento haviam concordado em participar do estudo.

O que pode ter contribuído para essa média na devolução foi o fato, já relatado anteriormente, de alguns professores terem entrado em contato com egressos via rede social, destacando a importância do estudo e a importância da colaboração de todos.

Finalmente, as entrevistas escritas pelos seis docentes que acompanharam o estágio curricular dos cursos citados, enfocaram os desafios da atividade desenvolvida e aprofundaram aspectos importantes da pesquisa. Durante a análise dos dados de cada grupo de respostas obtidas nos questionários e entrevistas, foram elencados pontos relevantes que sugerem ações de intervenção na gestão escolar. Todavia, o detalhamento das ações de intervenção foi feito no capítulo 3.

No próximo tópico foi descrita a análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa com egressos e docentes.

2.2 Análise e interpretação dos dados apresentados por egressos e docentes

Nesta seção, apresentam-se os resultados das análises dos dados obtidos nos questionários e entrevistas realizadas no período de 03 a 15 de outubro de 2015. Ela foi feita combinando o olhar de egressos com o dos docentes da EEEP/PF, à luz do referencial teórico que trata da gestão escolar, do desempenho pedagógico e das relações entre ensino médio e trabalho, observando autores como Heloísa Lück (2009), Haguette (2015), Ramon de Oliveira (2012), Gaudêncio Frigotto (2004), Maria Ciavatta (2004), Eliezer Pacheco (2012), dentre outros.

A apresentação dos dados obedecerá à sequência do questionário e das entrevistas e quando necessárias serão transcritas as respostas dos participantes para contribuir na interpretação de cada aspecto evidenciado na pesquisa.

Todas as respostas dos docentes e de egressos das seis turmas de concludentes, a saber, 2010/2012, 2011/2013 e 2012/2014, dos cursos técnicos de nível médio em Informática e Secretariado ofertado na EEEP/PF que constituem, respectivamente, os cursos de maior e menor demanda por alunos novatos na escola, conforme dados de solicitação de matrícula do arquivo da secretaria, foram apresentadas nas subseções a seguir.

2.2.1 Perfil de egressos participantes da pesquisa

A fim de conhecer melhor os participantes da pesquisa, os questionários e as entrevistas foram divididos em duas partes, sendo a primeira referente ao perfil e a seguinte sobre o curso ofertado na EEEP/PF. O primeiro bloco diz respeito a egressos e o outro relaciona-se ao docente orientador de estágio curricular. Sendo

que, a primeira parte do questionário explorou o perfil pessoal e escolar de egressos: idade, gênero, estado civil, curso escolhido e ano de conclusão.

A segunda parte do instrumento envolveu questões ligadas à satisfação com o curso, a atuação na área específica de cada curso e à visão do egresso sobre os ajustes necessários na formação, bem como sugestões de outros cursos a serem ofertados na escola.

De acordo com a ONU, a juventude está compreendida, por faixa etária, entre os 15 e os 24 anos e representa, aproximadamente, 18% da população mundial. No Brasil, são 33 milhões de jovens, o que corresponde a 20% da população.

É importante ressaltar que a faixa de idade de 17 a 22 anos prevaleceu na amostra de egressos participantes da pesquisa, como mostra a tabela 9:

TABELA 9 - Perfil de egressos participantes da pesquisa

Idades	Informática		Secretariado		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
17 a 18 anos	10	12	10	02	34
19 a 20 anos	07	21	22	03	53
21 a 22 anos	-	01	05	01	07
Total	17	34	37	06	94

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Percebe-se que, dos 94 jovens que responderam ao questionário, a maioria tem entre 19 e 20 anos, poucos possuem mais de 21 anos. Acrescenta-se que oito egressas do curso de Secretariado registraram no questionário estarem casadas, sendo 4 com 21 anos, 2 com 20 anos, uma com 19 anos e uma com 18 anos. Merece destaque o fato de que, no curso de Secretariado a presença feminina é preponderante. Já no curso de Informática predomina o gênero masculino. Todavia, algumas garotas também concluíram esse curso.

Vale acrescentar que, conforme registros da secretaria da escola, os egressos são jovens residentes da zona urbana do Município de Fortaleza, Aquiraz e Eusébio.

2.2.2 Perfil dos docentes participantes da pesquisa

A presente subseção trata dos docentes orientadores de estágio curricular, destacando o tempo que desempenharam a função de orientador de estágio na EEEP/PF, como mostra a tabela 10:

TABELA 10: Quantidade de docentes por curso e tempo de trabalho na função de orientador(a) de estágio

Curso	Docente por curso	Tempo de trabalho na função de orientador(a) de estágio		
		Três anos ou mais	Dois anos	Um ano
Informática	3	1	0	2
Secretariado	3	1	1	1
Total	6	2	1	3

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Como é possível perceber nas respostas apresentadas, a maioria dos docentes tem, no mínimo, um ano de experiência na atividade, considerando o total de seis docentes que acompanharam os estágios no segundo semestre do terceiro ano escolar de cada turma. A delimitação do referido semestre é feita em função de ser o estágio a última disciplina da formação profissional, conforme matriz curricular em anexo.

O projeto político pedagógico da escola esclarece que os alunos na disciplina de estágio curricular são acompanhados por professores, habilitado e contratado por meio de seleção pública, que avalia, orientam os estudantes, visitam concedentes de estágio, contribuem na resolução de possíveis dificuldades durante o estágio, encaminham alunos às concedentes, formalizam juridicamente o estágio e a frequência do estagiário no SICE e em cada empresa, pactua a contribuição de um profissional que atua como supervisor do estágio para acompanhar os alunos no campo de estágios, entre outras atividades anteriormente citadas.

Ademais, aproveitou-se tal universo de professores para obter-lhes a opinião sobre os desafios encontrados na função de orientador de estágio; existência de demanda no mundo do trabalho para os técnicos dos cursos; êxito do curso no que diz respeito à contribuição para a geração de ocupação produtiva para os jovens formados na área de atuação do curso técnico especificado; permanência do curso no catálogo de ofertas da escola e critérios estabelecidos pela SEDUC para a escolha dos cursos técnicos de nível médio, entre outros fatores ligados à sustentabilidade das EEEP.

Dessa forma, as respostas foram apresentadas na subseção a seguir.

2.2.3 Análise dos dados obtidos nos questionários aplicados a egressos e entrevistas com docentes

Nessa subseção realizou-se, de acordo com cada eixo, a análise dos dados coletados nos questionários e entrevistas na tentativa de compreender a percepção de respondentes acerca da adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio.

2.2.3.1 Escolha do curso como primeira opção do egresso

Segundo o Censo Escolar 2013, as matrículas da educação profissional nas modalidades concomitante, subsequente e integradas ao ensino médio tiveram crescimento de 5,8%, com cerca de 1,44 milhão de alunos atendidos. No que se refere aos cursos técnicos de nível médio, especificamente no período de 2010 a 2014 na EEEP/PF, foram formadas 3 (três) turmas de técnicos em Informática e 3 (três) turmas de técnicos em Secretariado, considerando que foram esses os cursos que fizeram parte do catálogo de oferta da escola em todos os anos de seu funcionamento.

Ao comentar sobre matrícula, é importante esclarecer também que o processo de escolha dos cursos a serem ofertados nas EEEP tiveram por base os estudos da SEDUC, do Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará (IPECE) e apresentaram-se, de acordo com o Relatório de Gestão (2014) da seguinte forma:

A oferta dos cursos técnicos, desde 2008, 2009 e nos anos subsequentes, foi feita segundo a demanda e a necessidade dos setores produtivos de cada região onde estava sendo implantada a escola profissional, além da identificação de quais eram os projetos de desenvolvimento do governo previsto para estes locais. Outro fator importante considerado, quando da implantação de um curso técnico, é a presença de professores e de locais apropriados para a realização do estágio curricular (SEDUC, 2014, p. 36).

Observando que a matrícula é feita somente uma vez por cada aluno em um único curso, sendo válida para os três anos do ensino médio, a SEDUC orienta que as escolas realizem seminários com os alunos novatos e responsáveis por eles, para tratar dos cursos ofertados na EEEP. O número de vagas por curso é limitado a 40 alunos, nas escolas que como a EEEP/PF que tem prédio adaptado e alguns alunos não conseguem matrícula no curso desejado.

A tabela 8 mostra, através de informações coletadas a partir do questionário, as respostas de egressos sobre se fizeram a matrícula no curso desejado como primeira opção:

TABELA 11 – Escolha do curso como primeira opção do egresso

	Egresso do curso técnico em Secretariado	Egresso do curso técnico em Informática
Sim	31	47
Não	12	4

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

A tabela mostra que 72% dos egressos do curso de Secretariado e 92,1% dos egressos de Informática ratificaram a preferência pelo estudo do curso referente a cada uma das profissões desejadas por eles. Esse dado pode revelar o acerto na oferta do curso citado na EEEP/PF.

Haguette (2015) evidenciou na caracterização das escolas de maior desempenho pedagógico que:

A grande maioria tem como objetivo internalizado, consciente e verbalizado entrar no ensino superior, formar-se e seguir uma carreira profissional. Outros dizem que vão continuar se especializando na profissão que estão aprendendo na escola, no caso das escolas profissionalizantes. Todos declaram ter uma atitude positiva em face do estudo, o que é confirmado pelos professores e pelo núcleo gestor (HAGUETTE, 2015, p. 47).

Portanto, o autor ressalta atitudes dos alunos e, considerando as respostas da tabela 8, a maioria dos alunos do curso de Informática, que tem foco na programação, conseguiu estudar no curso desejado. Tal situação chama a atenção se observarmos que isso pode contribuir para o desejo de aprender dos alunos e para, caso eles queiram, o prosseguimento dos estudos na educação superior, como salientado pelo autor.

Todavia, outro aspecto importante pode ser destacado, ao analisar os dados da tabela acima, que no curso de Secretariado não foi expressiva a preferência de egressos pelo curso. Ademais, observa-se em registros da secretaria da escola que no ato da matrícula, alguns alunos demonstram ter dúvidas quanto à escolha do curso que deseja frequentar. Um dos egressos ressaltou que:

Acredito que precisa haver uma diversificação de áreas, estas são humanas, exatas, biológicas. Partindo daí, diferenciar os cursos, para ter maior possibilidade de um aluno escolher um curso que se identifica e

consequentemente se destacar profissionalmente por fazer o que gosta (Egresso 18. Questionado aplicado em 08/10/2015).

Sabe-se que para o curso de Informática, alguns inscritos ficaram aguardando por vagas remanescentes e desistências do grupo de inscritos classificados mesmo após o início das aulas, pois no primeiro momento a quantidade de alunos foi maior que o número de vagas ofertadas.

Quando existe maior demanda que o total de vagas disponíveis, o aluno com menor média no histórico escolar, nas suas tentativas de ingresso na EEEP, pode migrar para outro curso que ainda apresenta vaga ociosa, e isso pode tornar-se motivo para que alguns jovens estudem na escola, apesar da baixa identificação com o curso escolhido ou prefiram outra escola que ofereça o ensino médio sem a integração com a educação profissional.

2.2.3.2 Ajustes apontados por egressos para o curso técnico de nível médio ofertado na escola

A questão 5 do questionário ficou estruturada da seguinte forma: O curso técnico de nível médio em questão, ofertado na EEEP/PF, precisa de ajustes a fim de contribuir na preparação do jovem para o trabalho? Assim, considerando essa questão 5, a tabela 12 apresenta os números referentes à quantidade de egressos que observam a necessidade de ajustes no ensino médio integrado à educação profissional.

Na amostra, 66,7% dos egressos do curso técnico de Informática e 60,4% dos de Secretariado apontam necessidade de ajustes nos cursos, estes índices mostrados na tabela, podem estar relacionados à necessidade de maior sintonia entre as atividades escolares e o mundo do trabalho.

TABELA 12 – Necessidade de ajustes, apontados por egressos, para os cursos técnicos de nível médio pesquisados

Egressos do curso de técnico em	Não	Sim
Informática	17	34
Secretariado	17	26

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Dessa maneira, aprofundando as respostas obtidas na questão, é possível identificar que a maioria dos egressos, de ambos os cursos, destacam a

necessidades de ajustes no trabalho desenvolvido na escola. Sobre esse contexto, o Observatório⁶ do PNE ressalta que:

Apesar do aumento de matrículas na Educação Profissional registrado nos últimos anos, escola e mundo do trabalho carecem de sintonia. As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional. Além disso, a amarra das disciplinas obrigatórias sobrecarrega o Ensino Médio profissionalizante, pois o aluno é obrigado a cumprir não apenas as disciplinas relacionadas ao curso como também toda a carga do Ensino Médio regular. (Observatório PNE, 2014, s/p).

Importa ressaltar que, conforme estudo sobre os padrões de qualidade de escolas cearenses, Haguette (2015) destaca que

Estágio, tempo integral na escola, tempo de aulas cheio, autodisciplina e desejo de aprender em função de uma mobilidade social podem explicar que alunos de baixa renda vençam a barreira da aprendizagem. Mas essas características não explicam tudo. (HAGUETTE, 2015, p. 53)

De fato, muitos alunos tem conseguido vencer barreiras e demonstram vontade de ter diferenciais para pleitear oportunidades no mundo do trabalho, além do ingresso na educação superior. Para Lück (2009), a educação como ação permanente, demanda das instituições que a promovem, a necessidade de reinventar-se e melhorar suas competências continuamente. (LÜCK, 2009, p.16).

Quanto a pergunta sobre a necessidade de ajuste, considerando necessidades dos alunos, observa-se pelas respostas apresentadas que a EEEP/PF precisa reinventar algumas práticas para conferir o sentido que o ensino médio precisa ter para os sujeitos em termos de vida, história e cultura (Ramos, 2008). Dentre os ajustes propostos por egressos destacam-se na tabela 13:

TABELA 13 – Ajustes sugeridos por egressos do curso de Secretariado

Secretariado
1. Abordar mais questões ligadas ao relacionamento interpessoal;
2. Incentivar mais os alunos para a dedicação e o estudo;
3. Trabalhar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
4. Focar a formação profissional e a ética;
5. Oferecer mais exemplos práticos dos problemas que surgem no trabalho;
6. Mais aulas práticas;
7. Mais vivências práticas;

⁶ Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>> . Acesso em: 04 abr. 2015.

- | |
|---|
| 8. Mais instruções para os alunos sobre o mercado de trabalho; |
| 9. Estimular o espírito de liderança dos alunos; |
| 10. Melhorar a estrutura da EEEP; |
| 11. Incentivar a participação em cursos complementares; |
| 12. Estruturar o laboratório da EEEP; |
| 13. Abordar mais os aspectos relacionados a postura profissional; |
| 14. Conhecer mais recursos externos disponíveis. |

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Observa-se que foram propostos quatorze ajustes que podem ser considerados como viáveis. Destes, quatro coincidem com os sugeridos por egressos do curso de Informática, conforme tabela 14:

TABELA 14 – Ajustes sugeridos por egressos do curso de Informática

Informática
1. Maior estímulo à pesquisa;
2. Incentivar mais os alunos para a dedicação e o estudo;
3. Trabalhar a proatividade;
4. Teste vocacional para os alunos, antes de iniciar o curso;
5. Trabalhar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
6. Conhecer o perfil do aluno, antes do período do estágio;
7. Mais tempo para as disciplinas técnicas;
8. Oferecer mais exemplos práticos dos problemas que podem surgir no trabalho;
9. Mais aulas práticas;
10. Mais instruções para os alunos sobre o mercado de trabalho;
11. Melhorar a estrutura da EEEP;
12. Trabalhar com mais profundidade as disciplinas técnicas do curso;
13. Melhorar a maneira como se ensina algumas disciplinas;
14. Atualizar os conteúdos;
15. Incentivar a participação em cursos complementares;
16. Estruturar melhor o laboratório da EEEP;
17. Acompanhar as novas tecnologias;
18. Mais tempo e foco nas disciplinas técnicas;
19. Conhecer mais recursos disponíveis.

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Diante dos dados apresentados nas tabelas 13 e 14, cumpre esclarecer, primeiramente, que o número de registros informados na tabela não se refere, necessariamente, ao número de respondentes, visto que alguns egressos apresentaram a mesma sugestão. Outros registraram mais de uma sugestão na resposta, além do fato de determinadas respostas terem se repetido.

Assim, verifica-se que alguns ajustes foram propostos por egressos tanto do curso de Informática quanto do de Secretariado. O item que sugere aumento na quantidade de aulas práticas, por exemplo, apresentou a maior quantidade de registros. Portanto, essa é uma ação que pode se incluída no plano de intervenção.

Todavia, Magalhães (2013) destaca que, o maior risco que se apresenta na EEEP reside na não concretização de fato da integração curricular.

A despeito do esforço em busca de sua efetivação é necessário oferecer as condições no interior de cada escola, evitando a priorização do conhecimento tácito em detrimento do conhecimento científico – tecnológico e histórico- social, com a oferta de uma educação que aprofunde as diferenças e a dualidade (MAGALHÃES, 2013, p. 141).

Por essa razão, acredita-se que a escola deva rever seu planejamento, apesar de já contar com estágio curricular, visitas técnicas, aulas de campo, disciplinas assessoradas pelo Instituto Aliança como Projeto de Vida e Mundo do Trabalho e demais atividades. Sabe-se também que essa sugestão também está ligada ao eixo “Aprender a fazer”, porém é importante considerar os demais eixos da proposta de formação integral, como nos coloca Melo (2014):

As EEEP, oriundas da adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, do Governo Federal, tem com proposta a formação dos jovens de forma integral e têm como base os quatro eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea, propostos pela UNESCO: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver e Aprender a ser pautados na obra de Jacques Delors. Sua preocupação vai além de uma formação meramente técnica, mas que os jovens sejam capazes de assumir uma postura crítica, com uma visão dos processos e não apenas do produto. (MELO, 2014, p. 30)

Ainda a esse respeito, um dos egressos do curso de Informática, no questionário, registrou:

(...) acredito que já houve várias melhorias depois que concluí o curso. Inclusive a própria grade foi mudada, o laboratório de Hardware criado. Mas a maneira como se aplicam algumas disciplinas permanece a mesma, sem nenhum avanço. Então o necessário seria ampliar o leque de possibilidades dentro da instituição, a influência à pesquisa pelos alunos de assuntos não tão atraentes a princípio, porém necessários caso sigam na carreira. (Egresso 54. Questionário aplicado em 11/10/2015).

Esse egresso estudou na EEEP/PF no período de 2010/2012 e demonstrou preocupação com uma atuação cada vez mais crítica no seu meio social e no mundo do trabalho. Ele observou mudanças tanto na infraestrutura da escola, como as que foram feitas na matriz curricular do curso de Informática. De fato, a sugestão apresentada pode proceder, pois a matriz requer atualizações constantes, apesar de já ter sido modificada duas vezes no período de 2010 a 2014, conforme quadro

anexado. Essa ação objetiva atender também as necessidades apontadas pelos professores.

Nota-se, que tanto as atividades teóricas e quanto as práticas foram melhor qualificadas na escola, na medida em que foi reduzido o rodízio na equipe de profissionais. Com maior tempo de permanência na escola, esses atores puderam programar ações conjuntas cada vez mais coerentes com o “projeto de ensino médio que supere a dualidade entre a formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana”. (RAMOS, 2008, p.6)

No quadro 3, indicam-se tipos de ajustes citados, de forma mais específica, conforme relatam alguns alunos egressos do curso de Informática.

QUADRO 3 - Ajustes relacionados ao curso de Informática

Ajustes relacionados ao curso de Informática
O foco é sempre a melhoria, sejam nos laboratórios de Informática e Hardware como também na atualização do conteúdo com base na atualidade (Egresso 42, Questionário aplicado em 08/10/2015).
No meu tempo não tivemos muitas aulas práticas na área de hardware, isso dificultou bastante. (Egresso 56. Questionário aplicado em 14/10/2015)
Focado mais em questões práticas em que empresas poderiam realmente precisar, como principalmente na parte de manutenção de computadores, internet etc. (Egresso 72. Questionário aplicado em 14/10/2015)
Utilização de mais cursos externos obrigatórios, além dos que já são utilizados. (Egresso 83. Questionário aplicado em 15/10/2015)
Já é um curso bastante abrangente, e ensina um pouco de cada departamento de uma empresa. (Egresso 92. Questionário aplicado em 15/10/2015)

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Neste quadro, um dado que chama a atenção é o desejo por um ensino mais prático, voltado para o trabalho. Sabe-se que os resultados dos dados socioeconômicos respondidos no ato da matrícula e as avaliações diagnósticas aplicadas no início de cada ano letivo demonstraram que a maioria dos alunos da EEEP/PF é formada por alunos provenientes de camadas populares que concluíram o ensino fundamental com lacunas na leitura, escrita e cálculos. Portanto, a aproximação de maneira mais intensa entre as disciplinas da base nacional comum e as da formação profissional pode ser uma estratégia para favorecer a socialização, a aquisição de conhecimentos e o resgate da qualidade da educação pública.

Através dos dados obtidos, é possível observar que, muitas sugestões podem ser desenvolvidas até mesmo dentro do âmbito de atuação da gestão escolar.

Percebe-se também que, no geral, o desejo de alterar a organização curricular do curso se mostrou mais contundente entre os egressos.

De acordo com o relatório de gestão (2014), para operacionalizar a revisão curricular foram organizados pela SEDUC três dispositivos de integração:

(...) para o primeiro dispositivo de integração de revisão curricular, convida professores técnicos do curso que, em parceria com a equipe da Secretaria, faz uma proposta de objetivo, perfil e matriz do curso a partir da sua justificativa. Esta proposta é validada em reunião com os demais profissionais técnicos de outras escolas que ofertam o curso. O segundo dispositivo de integração é feito na própria escola com a identificação das disciplinas contributivas e revisão das mesmas quando há necessidade. E por fim, segue o trabalho interdisciplinar para desenho dos objetivos de aprendizagem das disciplinas técnicas. Assim, com uma experiência acumulada desde 2008, a comunidade escolar, gestores e profissionais da COEDP puderam refletir sobre o desenho de cada curso a partir de sua própria prática e vivência, acrescentando novos olhares às significativas contribuições já ofertadas pelos setores produtivos e instituições de ensino quando da elaboração anterior dos conteúdos curriculares (SEDUC, 2014, p. 62).

Isso cabe a Secretaria, inclusive professores da EEEP/PF fizeram parte da equipe de consultores responsáveis por essa ação. Já em relação a cursos externos, observa-se que a escola pode alterar algumas práticas e elencar atividades complementares acompanhando a participação dos alunos. Nesse sentido, Lück (2009) expõe que na realização do trabalho de gestão pedagógica, deve ser promovida, entre outros itens com a “atualização contínua dos métodos e processos de orientação da aprendizagem dos alunos” (2009, p 102).

Para Segnini (2000) a educação e a formação profissional:

(...) aparecem hoje como questões centrais, pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego (SEGNINI, p. 73, 2000).

No entanto, de acordo com uma pesquisa sobre as razões da educação profissional realizada por Neri (2012) com apoio da Fundação Getúlio Vargas a “oferta em si de cursos profissionalizantes, não cria a sua própria demanda no mercado” e acrescenta:

(...) 69% daqueles sem educação profissional é por falta de interesse nos cursos, não é por que não tinha curso. A falta de interesse das empresas em contratar, por sua vez, explica 31% da não recolocação no mercado dos egressos destes cursos. (...) No total dos egressos que terminaram os

cursos profissionalizantes 62,58% trabalham na mesma área do curso realizado. (...) A taxa de concordância de ambos sobe cerca de 10 pontos de porcentagem à medida que aumenta o patamar dos cursos profissionalizantes: Qualificação 60,8%, Técnico de Nível Médio 70,1% (...) (NERI, p.8, 2012)

É importante ressaltar que nos dados de avaliação qualitativa do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (2011), a maior demanda dos jovens atendidos no serviço socioeducativo ainda é por qualificação profissional, encaminhamento para estágios ou demais atividades que possam ser remuneradas.

Por outro lado, muitos jovens observaram a necessidade de mais estudo e dedicação por parte dos estudantes. Um dos egressos registrou que a escola “deve estimular mais o espírito de liderança em todos os alunos, as empresas procuram colaboradores que tomem frente, a palavra-chave é atitude” (Egresso 73. Questionário aplicado em 14/10/2015).

Ele destaca o protagonismo juvenil, que é uma das premissas do modelo de gestão em desenvolvimento no contexto da EEEP/PF e que pode ser aperfeiçoada como forma de potencializar a ampliação, com qualidade, dos resultados escolares exitosos.

Ainda sobre atitudes dos alunos, o relatório de Gestão (2014) destacou que esse foi um aspecto importante para abertura dos campos de estágio face “a avaliação extremamente positiva do perfil técnico e atitudinal dos estagiários das escolas profissionais, manifestada em todas as reuniões de interlocução com os mercados” (2014, p.47).

Outro egresso não propõe mudança nos cursos ofertados na escola e, sim, um trabalho maior com o desenvolvimento pessoal dos alunos. Ele registrou:

Não o curso em si. Pois os conteúdos apresentados no curso são bem elaborados mostrando ao aluno as diversas áreas da Tecnologia da Informação que o aluno poderá atuar. A carência nessa questão é trabalhar o desenvolvimento pessoal desses alunos para que assim possam atender de forma efetiva as necessidades do mundo do trabalho. (Egresso 18. Questionário aplicado em 08/10/2015)

O egresso parece compreender o quanto a ausência do preparo para o trabalho pode limitar a participação do jovem nas seleções organizadas por alguns órgãos, instituições ou empresas. Cabe destacar a importância da escola contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes, intensificando também as oportunidades de diálogo e participação na resolução dos problemas cotidianos.

Os demais registros dos egressos também corroboram com a preocupação da escola de formar jovens ativos, atuantes e conhecedores das atualizações do mundo do trabalho e das dificuldades que podem ser geradas por algumas posturas empresariais que almejam somente mão de obra qualificada e com custo insignificante.

De um modo geral, percebe-se que os jovens planejam e projetam a carreira profissional. Alguns demonstram cuidados com a falta de postos de trabalho na cidade, preocupação com a possibilidade do número de diplomas gerar desvalorização dos profissionais recém-formados, bem como com a falta da preparação devida que pode acarretar inserção precoce, vínculos precários e desprotegidos ou até mesmo o desemprego.

Essas reflexões chamam a atenção para um modelo de ensino médio que, de acordo com Pacheco (2012), considere a realidade socioeconômica do país e contemple a integração dos conhecimentos produzidos e os valores construídos pela sociedade ao longo do tempo como uma solução viável para a etapa final da educação básica. O autor ressalta que ciência, tecnologia, cultura e trabalho devem ser eixos estruturantes para a educação.

Tais esclarecimentos são importantes para a compreensão de algumas necessidades apresentadas, sendo o estágio uma das atividades que também pode contribuir na construção do projeto de vida dos alunos.

No último ano o estágio é obrigatório, e o governo arca com todos os custos (bolsa, seguro e vale transporte), disponibilizando os estagiários sem nenhum ônus para as empresas. (...) isso facilita com que todos cumpram com a exigência do estágio e a possibilidade de efetivação é potencializada. (ITEVA⁷, 2015, s/p)

Entretanto, no estudo sobre o Projovem Adolescente, Velasco (2011) alerta para a necessidade de articulação com outras políticas.

Observa-se, finalmente, a permanência da dificuldade de se articular a tantas outras políticas setoriais. É o que o próprio SUAS denomina de *intersectorialidade dos serviços socioassistenciais* que diz respeito à oferta tanto do serviço socioeducativo do Projovem Adolescente, como de outras políticas públicas básicas (saúde, educação, meio ambiente, assistência social, trabalho, esporte, cultura, lazer e segurança alimentar), a socialização e democratização do acesso e a articulação e funcionamento

⁷ Disponível em: <<http://www.iteva.org.br/?pg=noticias&id=65>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

intersetorial dos serviços, como condições para a universalidade de acesso e de ampliação dos direitos de cidadania (VELASCO, 2011, p.9).

Evidentemente, autora ressalta a desarticulação das políticas, desestruturação do mercado de trabalho, crescimento do desemprego e do trabalho informal precário, falta de políticas de ajustes salariais, e, em seguida, questiona o papel da educação e sua relação com o trabalho a partir das desigualdades geracionais, raciais e de gênero.

Em relação a isso, Lück (2009) também ressalta que:

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários (...) (LÜCK, 2009, p. 114).

Desta forma, além das observações anteriores, destaca-se a consideração de outro egresso, citada a seguir.

Todos os professores da área técnica são altamente qualificados, entretanto ainda é preciso um pouco mais de instruções para os alunos ingressarem no mercado de trabalho, tendo em vista que, esses alunos chegam muitas vezes despreparados como eu cheguei, e ao se deparar com o mercado de trabalho a realidade acaba sendo totalmente outra (Egresso 4. Questionário aplicado em 07/10/2015).

Esse egresso ressaltou a qualidade dos profissionais da escola. De fato, professores como os contratados pelo CENTEC assumem na EEEP a função de professores, coordenadores de curso ou orientadores de estágio. Eles possuem qualificação e experiência no mundo do trabalho. O vínculo trabalhista deles se mostra um pouco melhor do que o dos professores contratados temporariamente pela SEDUC, que precisa intensificar a política de admissão através de concurso público.

Neste sentido, cada profissional contribui incentivando o ingresso dos alunos na educação superior, a participação deles nos momentos de estudo, de pesquisa e estágio de acordo com o plano de atividades dos cursos a fim de fazer frente às dificuldades já apontadas, reforçando que “o desenvolvimento da habilitação profissional no ensino médio é uma possibilidade legal e necessária aos jovens brasileiros” (MEC, p.8).

Lima e Lopes (2005) analisam a questão da qualificação observando que

(...) os processos educacionais são influenciados pelas necessidades da produção, em particular quando estão ocorrendo significativas mudanças nos processos de trabalho. Assim, a qualificação, como um complexo construto social, intimamente ligada à produção e reprodução da força de trabalho, teria enorme papel na possibilidade dos indivíduos adentrarem, permanecerem ou serem excluídos do processo produtivo (embora estas relações possam extrapolar a esfera da produção). Isso significa que não podemos tratar a qualificação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluir diversas abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores (LIMA, 2015, p.15).

Nesse sentido, fica claro que, tão importante quanto a inserção no mundo do trabalho, é imprescindível que essa inserção seja feita de forma qualificada e indutora das condições que cada jovem precisa para prosseguir seus estudos na educação superior, sem fortalecer os ditames neoliberais.

2.2.3.3 Necessidade da oferta de outros cursos na escola

Em continuidade, a pesquisa buscou saber se, na opinião de egressos, havia necessidade da escola ofertar outros cursos. Vide tabela seguinte:

TABELA 15 – Necessidade da oferta de outros cursos na escola

Necessidade da oferta de outros cursos na escola	Secretariado		Informática	
	Egressos	Docentes	Egressos	Docentes
Sim	21	2	28	2
Não	22	0	23	0
Não respondeu	0	1	0	1

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Diante da tabela evidenciada fica claro que, em contraste com os demais questionamentos, nesse item não se observou preferência, pois o grupo de egressos se dividiu praticamente com 50% respondendo que sim e 50% afirmando que não há necessidade de outros cursos.

Entre os docentes, um afirmou a necessidade de uma pesquisa prévia para melhor responder o questionamento feito, registrando preocupação com a adequabilidade dos cursos do catálogo da escola para contribuir na ampliação da ocupação produtiva e as possibilidades de conquistas de vagas por egressos em universidades públicas. Enquanto outro se ateu as dificuldades do prédio escolar:

Analisando a estrutura física da escola, um pouco comprometida pelas condições provocadas pelo tempo (por volta de 30 anos), acredito que os cursos que envolvem prioritariamente a área de humanas são os mais adequados, pois não necessitam tanto de recursos, e sim de uma boa equipe de professores. Já cursos que necessitam de estrutura física mais complexa (como os da área de saúde) enfrentam maiores desafios que poderiam ser comprometidos na falta de laboratórios, EPIs etc (Docente 5. Entrevista realizada em 08/10/2015).

Neste registro percebe-se que o docente tem receio de sugerir cursos que precisem de laboratórios e demais equipamentos tidos como complexos e dispendiosos. O registro deste outro docente nos permite afirmar que ele compreende a importância da inserção da escola dentro da comunidade.

Apesar de ser um bairro residencial. Acredito que contribuem sim, pois podem utilizar esses cursos em sua comunidade em pequenos comércios podendo prestar uma consultoria, claro em nível médio, em informática, consertando computadores, montando computadores, criando sites. Em contabilidade e administração também auxiliando também esses pequenos comércios. (Docente 6. Entrevista realizada em 13/10/2015).

O docente que fez o registro acredita que os cursos ofertados têm trazido relevantes benefícios no processo de inclusão social dos jovens atendidos. Nesse sentido, é fundamental destacar que, apesar do bairro ser considerado como de alta vulnerabilidade social e sofrer com constantes faltas e falhas do poder público, bem como da participação mais ativa e cooperativa dos moradores em atividades comunitárias, os profissionais da escola não descartam a possibilidade de mudança dessa realidade também com uma atuação maior da escola e de seus alunos.

Ademais, outro docente, expõe seu pensamento mostrando concordância com os dos demais colegas, ao dizer que:

A EEFP está localizada em uma área de intenso fluxo comercial devido à concentração de escritórios, fábricas, lojas e shoppings. Está próximo de outro município que concentra um grande número de indústrias. Os cursos hoje existentes fazem parte do eixo de gestão e negócios e atendem perfeitamente as características da região. Os alunos da escola são disputados a cada nova turma apta para estágio por empresas dos mais distintos seguimentos por já serem conhecidos pelo alinhamento e compromisso com que realizam as atividades que lhe são confiadas (Docente 2. Entrevista realizada em 03/10/2015).

Ao evidenciar que “os alunos da escola são disputados por empresas”, o docente pode reforçar a ideia, anteriormente comentada, que com o estágio a

possibilidade de efetivação pode ser potencializada. Acompanhada a esse pensamento, porém, precisa seguir uma ação intersetorial e a busca por parcerias com empresas que demonstrem responsabilidade pelo contexto social e não apenas por técnicos qualificados a baixo custo. Ainda sobre alinhamento dos cursos, vocações e sonhos dos jovens, um dos egressos registra que:

Os cursos que existem atualmente já são os procurados do mercado. Entretanto acho que deveria ter um curso voltado na área de saúde, tendo em vista que a localização da escola fica em uma comunidade "carente" onde há adolescentes com várias indecisões sobre o futuro, e o que seguir profissionalmente. Assim poderia dar a oportunidade de atender aos sonhos de todos (Egresso 4. Questionado aplicado em 07/10/2015).

Apesar da boa aceitação dos cursos ofertados na escola e desse desejo expresso por egresso de atender ao sonho do jovem dando a ele o crédito à força que cada um tem. Todavia, é importante frisar a inconsistência na relação entre qualificação profissional e mercado de trabalho. Sabe-se que bancos de reservas em algumas profissões são relativamente grandes e alguns estão em expansão.

Segundo o Relatório de Gestão (2014):

(...) para além da captação das vagas de estágio, o ano de 2010 se diferenciou pela necessidade recorrente de alinhamento dos objetivos educacionais da formação técnica junto aos mercados de trabalho, no sentido de garantir a experiência prática de estágio e as atividades da formação técnica. (...) Como produto dessas interlocuções com os setores produtivos, além da captação de vagas de estágio, apreenderam-se elementos e informações de tendências de mercado e de atração de investimentos tanto em nível estadual quanto regional e local. Essas informações eram levadas à pauta da SEDUC para a definição de novos cursos, considerando variáveis de viabilidade da oferta e os estudos de mercados setoriais. De modo que se constituiu, desde então, um banco de informações construído a partir das interlocuções iniciadas em 2010 (SEDUC, 2014, p.47).

Dessa forma, enquanto alguns egressos solicitavam mais atenção para a área tecnológica, registrando que “a área tecnológica pode ser mais explorada”. (Egressos 25. Questionário aplicado em 08/10/2015). Outros evidenciaram a área da saúde como uma possibilidade atrativa:

As áreas da saúde estão sempre necessitadas de mais profissionais competentes e humanos, e a EEEP tem essa cultura fortemente sendo passada para os alunos. Mesmo sendo assim, escolheria todas as vezes que pudesse o curso de secretariado (Egresso 76. Questionário aplicado em 15/10/2015).

A EEEP/PF parece ter, por esse depoimento, uma cultura que favorece o processo ensino aprendizagem e contribui para que o jovem perceba sua vocação.

Tendo em vista o entorno da escola, o docente 3 corrobora com o registro anterior. Ele destaca que:

O catálogo de cursos hoje existente é muito vasto e dentro do limitado conhecimento que tenho acerca das particularidades de cada um deles acredito que mesclar eixos dentro de uma mesma escola poderia trazer a possibilidade de um maior alcance. A região onde está localizada a EEEP/PF possui hospital de grande porte e cursos da área da saúde poderiam ser bem aproveitados (Docente 3. Entrevista realizada em 06/10/2015).

O registro do docente corrobora com a observação sobre o arranjo local produtivo ser considerado para a escolha dos cursos, porém a relação entre educação e trabalho aborda processos que se apresentam ora como sociais, ora como de produção de bens e serviços. Isso foi tratado também no artigo “Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente”, quando Segnini (2000) indaga:

(...) se a relação direta, com ou sem pálidas mediações, que tem sido estabelecida entre educação, trabalho e desenvolvimento, tão apregoada nos últimos tempos, não se constitui muito mais de um processo social de legitimação das mudanças no mercado de trabalho, via desemprego e precariedade social, do que uma real e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços. (SEGNINI, p. 72, 2000).

A autora sugere cautela na argumentação a fim de evitar interpretação equivocada, já que no Brasil não se tem uma situação em que o emprego formal, que possibilita garantias e direitos sociais, suficiente para toda população e, desta forma, o mercado cria até situações precárias. A intenção, segundo o documento-base “é de que a sociedade civil se comprometa com essa política, considerando-a necessária e adequada à formação da classe trabalhadora brasileira no sentido de sua autonomia e emancipação” (MEC, 2007, p.9).

Alguns egressos destacaram que os cursos precisavam contribuir para ampliar o projeto de vida dos jovens “é preciso ocupar a mente de um jovem, com cursos que sirvam para o seu futuro”. (Egresso 60. Questionário aplicado em 14/10/2015).

Em relação aos cursos de maior demanda, o Relatório de gestão (2014) destaca que:

Analisando os anos de 2010, 2011 e 2012 no tocante a realização do estágio curricular, observa-se que os cursos profissionais com maior demanda e oferta de matrículas, no eixo Saúde e Ambiente, permaneceu sendo o de Enfermagem, seguido de Segurança do Trabalho e, nos demais eixos, mantendo a tendência anterior, o de Informática seguido de Turismo e Comércio. Dos novos cursos implantados em 2010, os que apresentaram um maior número de alunos em estágio em 2012, tendo como referência o total de estagiários dos demais eixos, foram: Hospedagem com 4,4% e Administração com 4% (SEDUC, 2014, p 70).

A esse respeito, apesar de determinados cursos apresentarem maior demanda, atualmente, as carreiras profissionais não obedecem a linearidade antes existente e os jovens recém-formados precisam ficar cada vez mais atentos as mudanças, as oportunidades e as escolhas.

2.2.3.4 Atendimento das necessidades do jovem no curso técnico de nível médio, na percepção de egressos da EEEP/PF e atuação deles na área de formação

Na sequência, apresenta-se na tabela 16, o compilado das respostas dos egressos acerca do quanto o curso técnico de nível médio atendeu as necessidades mais imediatas do jovem matriculado na EEEP/PF.

TABELA 16 – Contribuição do curso técnico de nível médio em relação a expectativa de egressos da EEEP/PF

	Egressos do curso técnico em	
	Secretariado	Informática
O curso contribuiu satisfatoriamente	34	30
O curso contribuiu razoavelmente	7	17
Percebe pouca contribuição do curso	1	4
Não percebe contribuição do curso	1	0

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

A análise dos dados coletados permite dizer que, para os egressos tanto do curso técnico em Secretariado como em Informática, o curso técnico de nível médio, atendeu satisfatoriamente as expectativas deles. Percebe-se que 79,1% assinalaram essa opção de resposta no curso de Secretariado e 58,8 no curso de Informática. Todavia, não se pode desprezar que no curso de Informática, 33,4% optaram por declarar que o atendimento fora razoável e 7,85 disseram ter percebido pouco atendimento as suas necessidades de formação.

Dando continuidade às análises, entre os muitos depoimentos avaliativos sobre o papel da EEEP, um dos mais recorrentes diz respeito à situação dos egressos no que tange a estarem atuando ou não na área de formação do curso.

Sobre isso, foram consolidadas na tabela 17 as respostas apresentadas por egressos evidenciando que, apesar dos egressos terem registrado na tabela anterior que o atendimento fora satisfatório, isso não significa necessariamente que estão desenvolvendo as atribuições estudadas nos respectivos cursos.

TABELA 17 – Atuação de egressos na área de formação

	Secretariado	Informática
Sim	13	20
Não	30	31

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Observa-se que pelo resultado, a maioria dos egressos não está atuando na área de formação do curso feito na EEEP e, no caso do curso de Secretariado o percentual de alunos com resposta negativa é 69,8%, sendo maior que o de Informática que ficou com 60,8%.

Vale ressaltar que, na dissertação⁸ “Gestão financeira da política de ensino médio integrado e integral do Ceará”, Freitas (2014) observa que

(...) quanto à análise dos indicadores de eficiência e eficácia da política de EMI, a análise revelou um avanço de 10% a cada ciclo de formação técnica em relação aos alunos que ingressam na Universidade. Os dados referentes ao acesso no mercado de trabalho registraram oscilações entre os ciclos de formação pesquisados, evidenciando em 2013, o percentual de 25,2% de alunos inseridos no mercado de trabalho. Esse indicador, apesar de não se configurar como objetivo estratégico da política de EMI norteia o planejamento e o redesenho dos cursos técnicos a serem ofertados nas EEEP (FREITAS, 2014, p.158).

Entende-se que parte dos egressos parece perceber o trabalho desenvolvido na escola como relevante, sugerindo que provocou mudanças nas perspectivas e subjetividades, além de ter contribuído também para que possam atuar em várias áreas. Na verdade, apenas um pouco mais de 30% dos beneficiados desenvolvem atividades relacionadas aos estudos feitos durante os três anos que dedicaram ao curso na EEEP.

Alguns egressos destacaram que gostariam que a escola tivesse diversificado mais a oferta dos cursos ao longo dos anos e isso pode ter dificultado sua escolha e preparação para o trabalho, como por exemplo, o jovem que registrou “considero o curso de enfermagem muito bom, se no tempo em que procurei a escola ela

⁸ Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/menu/dissertacoes-defendidas/2011/?s=ANTONIA+DALILA&orderby=title&order=asc>>. Acesso em: 07 mai. 2015.

oferecesse esse curso eu com certeza queria”. (Egresso 84. Questionário aplicado em 15/10/2015). Sobre essa preparação, alguns docentes ressaltaram que:

(...), pois os alunos chegam sem realmente saber o que querem e com o passar dos anos eles se descobrem como profissionais competentes e capacitados preparados para o mercado (Docente 4. Questionário aplicado em 08/10/2015).

Sim, pois são cursos com a característica de dar uma base profissional ao estudante que pode ser usada em qualquer outra área que eles desejem seguir, pois agrega conhecimentos (Docente 5. Questionário aplicado em 08/10/2015).

Esse esforço evidencia a importância dada na EEEP para que o jovem possa ter uma inserção qualificada no mundo do trabalho como profissional gabaritado, sendo cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres. Também, observa-se um acentuado movimento da comunidade escolar para que receba a formação que lhes permitam continuar os estudos na educação superior.

Sabe-se que alguns alunos não pretendem trabalhar logo após o término do curso, outros consideram a universidade como um sonho distante, enquanto parte deles demonstram outras necessidades, como destacado por um dos egressos ao registrar que “ainda existem alunos que não estão dispostos a mostrar o seu melhor, seria bom mais conversas entre coordenadores e alunos fazendo com que essa postura seja mudada” (Egresso 71. Questionário aplicado em 14/10/2015).

Nessa mesma direção, ressalta-se que os alunos também participam de inúmeras discussões sobre o mercado de trabalho, além das visitas técnicas, entrevistas, debates e principalmente do estágio. Silveira (2007) esclarece que a eficiência da educação profissional de ensino médio está diretamente relacionada com o vínculo estabelecido entre professores, alunos, escola e mercado de trabalho capaz de gerar uma rede de complementação com via de mão dupla.

No entanto, Velasco (2011) alerta que não se pode deixar de observar

(...) que a ação socioeducativa se compromete a considerar a realidade dos jovens, dando sinais de uma metodologia de trabalho que quer levá-los à apropriação e produção de conhecimentos para que desenvolvam habilidades, ao mesmo tempo em que vivenciem novas formas de interação social e a construção de uma visão de mundo abrangente, como condições fundamentais para uma ação transformadora. Entretanto, não podemos deixar de questionar o quão isto tem sido possível de se realizar e o quanto este modelo não acaba por responsabilizá-los, e a suas famílias, por encontrar saídas à sua condição de pobreza. Isto se verifica no modo como as ações se apresentam numa versão significativamente precarizada, inclusive reeditando uma condição típica da trajetória da assistência social (VELASCO, 2011, p.7).

Sobre essa construção de visão de mundo abrangente, alguns egressos também destacaram que:

Na escola, temos pouca noção da realidade do mercado. Somos protegidos e afastados do que poderá nos atrasar do nosso sucesso. O que é bom, mas quando nos tornamos adultos o impacto pode nos desmotivar a permanecer na área (Egresso 76. Questionário aplicado em 15/10/2015).

Nessa perspectiva, compreende-se que não temos todas as respostas acerca da contribuição dos cursos técnicos de nível médio na formação do jovem. Assim, será importante consultar mais jovens, questionar outros professores com novas perguntas sobre os limites e possibilidades do trabalho escolar, evidenciando as mudanças científicas, tecnológicas e produtivas, sem desconsiderar a expectativa de cada aluno.

No questionário aplicado, um dos egressos não recomenda alteração no catálogo da escola, pois acredita “que esses quatro cursos existentes sejam essenciais para o mercado de trabalho” (Egresso 71. Questionário aplicado em 14/10/2015). Todavia, outro egresso ressaltou que “no meu ano de formação sentia essa necessidade, mais foi suprida quando vi que a escola foi disponibilizando também outros cursos para o público, ao longo dos anos” (Egresso 47. Questionário respondido em 08/10/2015).

2.2.3.5 Cursos para oferta na escola com justificativa da sugestão feita por egressos e docentes

Em relação ao questionamento feito sobre as sugestões de cursos que egressos indicavam para a escola, cumpre relacionar as respostas obtidas na tabela 18:

TABELA 18 – Cursos sugeridos por egressos

Sugestões de egressos do curso de Secretariado	Sugestões de egressos do curso de Informática
Enfermagem	Enfermagem
Estética	Estética
Edificações	Edificações
Nutrição e dietética	Nutrição e dietética
Eventos	Eventos
Logística	Logística

Eletrotécnica	Eletrotécnica
Turismo	Petróleo e gás
Marketing	Mecânica
Meio ambiente	Redes de computadores
Recursos Humanos	Finanças
Segurança do trabalho	Transações imobiliárias
Química	Audiovisual
Agropecuária	--

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Cada um dos cursos foi sugerido pelos egressos respondentes dos questionários, sendo que alguns respondentes apresentaram mais de uma opção, enquanto outros preferiram não sugerir. Analisando as seis primeiras linhas da tabela, constata-se que tanto os egressos do curso de Informática quanto os de Secretariado apresentaram as mesmas sugestões de novos cursos.

Importa ressaltar que o curso de Enfermagem obteve a maior quantidade de indicações. Acredita-se que isso se deve ao hospital instalado no entorno da escola e a percepção de egressos que isso contribui para o estágio. No entanto, esse curso requer estágio em mais de um hospital em atendimento a sua matriz curricular.

Já a questão 10, ressalta a possibilidade de novos cursos que para os docentes podem compor o catálogo de ofertas da EEEP/PF. Eles sugeriram cursos apresentados na tabela 19:

TABELA 19 – Cursos novos sugeridos pelos docentes

Sugestões dos docentes do curso de Secretariado	Sugestões dos docentes do curso de Informática
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras (1)	Estética (1)
	Enfermagem (1)

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Alguns docentes sugerem os cursos relacionados na tabela como acréscimos aos existentes na escola e demonstraram preocupações com as necessidades de melhoria na estrutura física da escola antes de sugerir novos cursos. Outros professores não anotaram o nome do curso a ser sugerido, apenas a área de atuação, como anuncia o docente 3 “A região onde está localizada a EEEP possui um hospital de grande porte e cursos da área da saúde poderiam ser bem aproveitados”.

Nos instrumentos de coleta de dados não foi solicitado que os respondentes justificassem a escolha dos cursos, porém alguns egressos e docentes registraram justificativa para a seleção feita, como mostram a tabela 20:

TABELA 20 – Justificativas apresentadas por egressos para escolha dos cursos

Egresso nº []	Data de aplicação do questionário	Justificativas apresentadas por egressos para escolha de novos cursos
27	08/10/2015	Opções de gosto e o que está em necessidade para o mercado.
09	07/10/2015	Enfermagem é uma área bem ampla, e a escola deveria ter esse curso e o laboratório da área.
45	08/10/2015	O mercado de trabalho está com uma diversificação muito grande e precisa de vários cursos em diferentes áreas de atuação.
66	14/10/2015	Fortaleza tem um crescimento em áreas da saúde e empresarial, mas precisa de mais profissionais na área da agricultura e agropecuária. Isso iria gerar renda própria e mudança de vida em muitas famílias.
76	15/10/2015	As áreas da saúde estão sempre necessitadas de mais profissionais competentes e humanos, e a EEEP tem essa cultura fortemente sendo passada para os alunos.
80	15/10/2015	Cursos que não sejam só voltados a área administrativa.

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa.

Muitas respostas apresentadas na tabela mostra preocupação de egressos com o mercado de trabalho, sugerindo a potencialização da forma como os alunos obtêm informações acerca desse mercado de trabalho. Assim, Magalhães destacou que com a expansão das EEEP:

A implantação dos cursos técnicos passa a ser precedida de pesquisa de mercado e estudo de viabilidade, ocasião em que a Secretaria de Educação conta com apoio de outros órgãos estaduais como o Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE) e a Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), através da utilização de estudos disponibilizados pelas câmaras setoriais vinculadas à mesma (MAGALHÃES, 2013, p. 36).

Esses estudos ressaltam o arranjo local produtivo e os docentes também apresentaram justificativas para suas escolhas evidenciando esse arranjo, como mostra a tabela 21:

TABELA 21 – Justificativas apresentadas por docentes para escolha dos novos cursos

Docente nº []	Data de entrevista	Justificativas apresentadas por docentes para escolha dos novos cursos
02	03/10/2015	Tendo em vista importância de inclusão social nas escolas e nas empresas, a EEEP poderia ofertar o curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras.
03	06/10/	(...) acredito que mesclar eixos dentro de uma mesma escola poderia trazer a possibilidade de um maior alcance. A região onde está localizada

	2015	a EEEP possui hospital de grande porte e cursos da área da saúde poderiam ser bem aproveitados.
06	13/10/ 2015	Penso que devido estarmos ao lado de um hospital curso de enfermagem seria uma opção. Mas temos consciência da responsabilidade desse curso, é preciso de uma estrutura que atualmente não temos. Mas o Curso de estética seria interessante e poderia atender o bairro.
07	14/10/ 2015	Estou satisfeito com nossos cursos. Mais devido a proximidade do hospital, o curso de enfermagem seria uma boa outra opção.

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa

Apenas um docente destacou a necessidade de cursos que contribuam com a inclusão social e, assim como os egressos, alguns docentes, concordam com a possibilidade de cursos ligados a área da saúde serem uma opção para a escola, principalmente pela proximidade com um dos hospitais da cidade, o que favoreceria o estágio. Todavia como, citado anteriormente, o estágio desse curso precisa ocorrer em mais de uma unidade hospitalar e não apenas em um hospital.

Sabe-se da necessidade de estudo dos “problemas de uma área profissional em múltiplas dimensões, tais como econômica, social, política, cultural e técnica” (MEC, 2007, p. 51) e ampliação da oferta do ensino médio integrado em instituições públicas de educação como as EEEP “pode contribuir para uma efetiva (re)construção de uma identidade própria e, ao mesmo tempo, significativa, para a vida de seus grupos destinatários” (MEC, 2007, p. 27).

2.2.3.6 Desafios dos docentes

Cabe ao professor orientador, antes do estágio, algumas etapas de captação como mapeamento e visita as empresas, órgãos e instituições. Acrescenta-se que, segundo o Guia de Estágio (2014), o professor também recebe o apoio de um dos coordenadores escolares que, entre outras ações, se responsabiliza por acompanhar as ações inerentes ao estágio, bem como orienta procedimentos, rotinas e padrões documentais relativos ao estágio.

Assim, dando continuidade a pesquisa, a questão nove da entrevista procurou verificar com os professores quais os maiores desafios na função desenvolvida por eles durante o estágio e ficou assim estruturada: Quais são os maiores desafios encontrados em sua função como professor(a) orientador(a) de estágio? Cumpre esclarecer que o número de registros informados nele não se refere, necessariamente, ao número de respondentes, visto que alguns professores

apresentaram o mesmo desafio, além do fato de outros terem destacado mais de um item ao responder à questão proposta.

Desta forma, conforme o quadro 4, as seguintes respostas foram apresentadas pelos docentes dos dois cursos:

QUADRO 4 - Desafios do docente orientador de estágio

Desafios
1. Captação de vagas;
2. Acompanhamento dos alunos nas empresas e na escola;
3. Fazer os alunos compreenderem que no mercado de trabalho devem ter uma postura diferente da postura que costumam ter no ambiente escolar e familiar;
4. Necessidade das empresas compreenderem que os alunos, apesar de orientados acerca da postura a ser adotada no ambiente de trabalho, são adolescentes e estão em processo de formação, sendo certo que necessitam de um acompanhamento cauteloso na busca pelo equilíbrio no processo de inserção;
5. A busca pela verdadeira parceria com as empresas concedentes de estágio é bastante árdua;
6. Encontrar empresas concedentes interessadas em contribuir na formação profissional dos alunos;
7. Conscientizar as empresas, órgãos e instituições que os alunos estão em formação, isto é, não são profissionais prontos como pensam algumas empresas;
8. Inculcar nos gestores o alcance social do projeto e não deixá-los atraídos apenas com a possibilidade de mão-de-obra qualificada a um baixo custo;
9. Fazer com que o aluno acredite que ele é capaz de ser um bom profissional, e em alguns casos ter que fazê-los enxergar um sentido para sua vida.
10. Fazer os alunos entenderem que o curso técnico integrado ao ensino médio é uma oportunidade que pode ser aproveitada e valorizada;
11. A falta de postura considerada desejável do estagiário no ambiente profissional;
12. É ter os alunos ainda na escola e, ao mesmo tempo, cortar o cordão umbilical inserindo-os no mercado de trabalho, onde eles irão atuar sob supervisão, porém longe dos olhos dos professores na maior parte do tempo;
13. Colocar os alunos em empresas que o contratem, logo após o estágio;
14. Contribuir para que os alunos tenham afinidades com as funções a serem desempenhadas;
15. Ter empresas parceiras para acolher o aluno e no final do estágio contratá-los;
16. Falta de auxílio combustível para os professores;
17. A localização das empresas em diferentes bairros de Fortaleza dificulta o deslocamento do professor.

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados apresentados pelos respondentes.

Assim, verifica-se que, dentre os desafios para o trabalho do orientador de estágio, aquele que apresentou a maior quantidade de registros nos questionários foram as de números 13 e 15, a qual se relaciona com a captação de empresas parceiras, visto que, para alguns alunos existe o interesse de ingresso imediato no mercado de trabalho, logo após a conclusão do curso.

Já os desafios como os de números 9 e 10 ressaltam a questão da maturidade dos alunos, que possuem a mesma faixa etária dos demais alunos atendidos no ensino médio convencional. Ainda sobre essa questão, os desafios de números 4 e 7 destacam a necessidade de melhoria na postura da empresa e a supervisão do professor, respectivamente.

O desafio de número 17 visa organizar a distancia entre as empresas concedentes sem que o professor tenha que perder muito tempo no deslocamento, principalmente quando o aluno precisar de maior acompanhamento do professor. Assim, diante dessa resposta do docente, observa-se que a captação está precisando sair cada vez mais do entorno da escola, talvez para favorecer a contratação do aluno ao término do estágio, quando as empresas da região podem já estar com seu quadro de profissionais completo.

Sabe-se que a escola está localizada em área de alta vulnerabilidade e algumas famílias temem em ver seus filhos estagiando no mercado local pela possibilidade de encontrar, com maior facilidade, moradores com quem têm desafetos.

Por fim, o desafio de número 16 demanda a utilização de verba pública valendo-se, assim, de uma sugestão para que o professor tenha um auxílio combustível. No intuito de esclarecer sobre recursos, conforme Guia do Estágio, a SEDUC garante ao estagiário:

(...) apoio financeiro através da concessão de bolsa estágio, seguro contra acidentes pessoais, auxílio transporte, equipamento de proteção individual e a orientação do estagiário, através da contratação de orientadores, profissionais com formação na área a ser desenvolvido o estágio quando firmado em instrumento jurídico (SEDUC, 2014).

Assim, não existe previsão de recurso, até essa data, para que o professor possa abastecer o transporte que utilizará durante as visitas programadas e necessárias para o atendimento ao aluno no local do estágio.

Um dos docentes entrevistados destacou que se sente desafiado para colocar os alunos em empresas que apresentem potencial para contratação do aluno após o estágio. Ele manifesta preocupação com os jovens técnicos em Informática que precisam ingressar no mundo do trabalho para atendimento de necessidades básicas.

É válido também acrescentar que alguns professores salientaram a importância das afinidades que os alunos precisam ter com as funções a serem desempenhadas por eles durante o estágio – de modo tradicional ou inovador – poderia ser desenvolvido um teste vocacional para contribuir nessa identificação do aluno com o curso evitando desinteresses futuros, transferências ou até mesmo vagas remanescentes.

Desse modo, ter alunos alinhados com o plano de trabalho no estágio seria uma medida para aumentar o rendimento dos alunos. Por outro lado, a escola não dispõe de profissionais habilitados para esse teste vocacional e o seminário de introdução ao curso, além da participação dos jovens nas feiras das profissões organizadas antes da matrícula podem não ser suficientes para a definição de uma atividade profissional para alguns discentes.

É bem verdade que muitos jovens atendidos na escola, parecem não tem opção de escolha e precisam exercer uma atividade remunerada para atendimento das necessidades básicas de alimentação, transporte entre outras.

Além dos desafios citados, destaca-se a consideração de um docente sobre ser preciso “inicialmente, fazer com que o aluno acredite que ele é capaz de ser um profissional de sucesso e, em alguns casos, fazê-los enxergar um sentido para sua vida”. (Docente 5. Entrevista realizada em 08/10/2015).

Observa-se, mais uma vez, a importância do trabalho do professor que motiva e consegue com que, inclusive o aluno disperso, formule e fique atento ao seu projeto de vida, acompanhe as atividades no campo de estágio e faça correlações com o que foi estudado em sala de aula para favorecer sua aprendizagem.

De fato, com as condições devidas de trabalho, o professor com altas expectativas em torno do aluno e do trabalho que está desenvolvendo na escola, pergunta continuamente como pode contribuir para tornar o ensino significativo. Destaca para o aluno as expectativas de aprendizagem em cada disciplina e o quanto ele precisa se dedicar para, no mínimo, conseguir desenvolver as atividades previstas no plano de estágio.

Assim, diante das respostas apresentadas pelos docentes, observa-se que as estratégias apontadas buscam levar em consideração as afinidades do jovem com o plano de estágio. Embora existam constantes atualizações e mudanças no mundo do trabalho, as observações feitas pelos docentes são pertinentes, sobretudo quando interessa ao aluno a oportunidade de contratação logo após o término do curso.

Alguns egressos da EEEP/PF destacaram que pretendem continuar seus estudos na educação superior, porém, já exercendo atividades remuneradas e fazendo do investimento escolar uma estratégia para a obtenção de um status ocupacional, inclusive mais elevado do que o de seus pais, como destacado pela docente “(...) muitos alunos já chegaram mais longe do que seus pais nos estudos,

portanto, fazê-los acreditar que podem ir além ainda é um desafio inicial. (Docente 5. Entrevista realizada em 08/10/2015).

No que diz respeito ao currículo, um dos egressos ressaltou que:

Não somente deve ser priorizada a formação profissional, mas também, a formação ética de cada um, para que ao se deparar com esse mundo tão competitivo todos possam alcançar suas metas com sucesso em todos os sentidos, assim como eu estou conquistando. (Egresso 4. Questionário aplicado em 07/10/2015).

Diante dessa observação feita por esse egresso, há de se pensar também na lógica atribuída à formação profissional presentes no Decreto 2208/97 e no Decreto 5154/04, tratada na introdução dessa dissertação. Até que ponto, ao evidenciar a competitividade no mundo do trabalho, ele demonstra ter a visão do trabalho como princípio educativo e as possibilidade de transformação de determinados aspectos.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, consideram “o mundo do trabalho e o exercício da cidadania como contextos relevantes do currículo”. No livro “Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho” organizado por Frigotto e Ciavatta (2004) são apresentados um conjunto de textos que expõem problemas da educação, especialmente do ensino médio, com destaque para a identidade dessa etapa de ensino, a política curricular, a formação de professores e a gestão democrática.

Entre esses textos, o de Ramos resalta o trabalho, a ciência e a cultura como meio para a compreensão e a transformação do mundo atual. Sobre trabalho, a autora cita as oscilações que o termo assume, tais como: contexto, mediação, fim, práxis humana e até práxis produtiva.

Nesta mesma pesquisa, Frigotto (2004) trata dos sujeitos e do conhecimento como os sentidos do ensino médio e se refere aos sujeitos jovens de classe popular, que precisam resgatar o direito de continuação do processo de escolarização e destaca a importância da efetiva democratização do conhecimento e preparação para o trabalho. Assim, há de se enfatizar a importância de ampliar a ocupação produtiva dos egressos e alinhar as políticas estruturantes de trabalho e renda, como ressaltou Coelho⁹ (2015):

⁹ Maria Izolda Cela de Arruda Coelho Vice governadora do Ceará, conforme registro escrito publicado em <<http://www.iteva.org.br/?pg=noticias&id=65>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

A nossa sociedade precisa olhar para os jovens dando o crédito à força que eles têm, quando oportunidades lhes são ofertadas. Neste aspecto, uma das ações do governo tem sido a de alinhar e fortalecer parcerias que promovam o conhecimento, gerando postos de trabalho dignos e com perspectivas de crescimento (COELHO, 2015, s/p).

Desse modo, para o autor citado, o trabalho produtivo não estará associado a alienação de vida, mas como “meio de vida, valor de uso” e assim, apresenta a centralidade do trabalho “não por um atributo de melhor ou pior, mas por ser mediante ele que o ser humano produz as condições de sua existência”. Além disso, associa a escola de ensino médio às expectativas quanto ao futuro profissional, tendo como ponto de reflexão a contribuição criativa da escola para que os jovens sonhem com o próprio futuro.

Assim, ressalta-se o princípio educativo do trabalho, que conforme o Relatório de Gestão (2014):

Tomando o trabalho como princípio educativo, reconhece-se que os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social. As demandas do mundo do trabalho hoje não mais se centram na mera capacidade de “fazer”, pois demandam a intelectualização das competências, o raciocínio lógico formal, o domínio das formas de comunicação, enfim, a capacidade e a disposição de aprender permanentemente (SEDUC, 2014, p. 115).

Neste cenário, Vieira et al (2009) também evidencia o sentido do trabalho como princípio educativo admitindo para todos o direito ao acesso à cultura, à ciência e à tecnologia, atrelado a elaboração coletiva do projeto político pedagógico qualificado e o desenvolvimento de qualidades intelectuais e práticas dos educandos, ao considerar uma formação humana mais geral. Com isso, os documentos oficiais esclarecem que:

A formação humana, que entre outros aspectos considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macroeconomia — como a estabilização e a retomada do crescimento em curso — mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano alcançados e a alcançar. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica (PROEJA - Documento base, p. 14, 2007).

Vale destacar que a preocupação com a formação para o trabalho no ensino médio vem avançando nas últimas décadas, seguindo o crescimento da população jovem no país e do trabalho que precisa ser desenvolvido nessa formação humana.

Dando continuidade, no que se refere às questões 4, 6, 8, 9 e 10, apresenta-se o quadro 5, contendo respostas apresentadas na entrevista.

QUADRO 5 – Outras respostas apresentadas na entrevista feita com docentes

Questão 4: Há demanda no mundo do trabalho para o técnico do curso [nome do curso]?	
Sim: 6	
Questão 6: O curso [nome do curso] deve permanecer no catálogo dessa EEEP?	
Sim: 6	
Questão 8: Você conhece os critérios estabelecidos para a escolha dos cursos técnicos de nível médio ofertados nas EEEP?	
Não: 4	Outra resposta: 2
Questão 9: Em sua opinião, os cursos técnicos de nível médio ofertados na EEEP/PF contribuem na preparação do jovem para o trabalho?	
Sim: 6	

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados apresentados pelos respondentes.

Lima e Lopes (20105) ressaltaram que o fracasso das políticas de educação profissional em muitos países, inclusive em países desenvolvidos, se deve a desvinculação dessas políticas das políticas de emprego, desenvolvimento e educação. Assim, no caso dos resultados obtidos no quadro 5, verifica-se que todos docentes responderam na questão 4 que, na visão deles, há demanda no mundo do trabalho para o profissional técnico tanto do curso de Informática quanto de Secretariado.

Desta forma, eles concordam, nas respostas apresentadas para a questão 6, que ambos os cursos permaneçam no catálogo de cursos da EEEP/PF.

No que se refere a questão 8, nota-se que a maior parte dos docentes disse desconhecer os critérios utilizados para a implantação do curso na EEEP. Entretanto, a docente 5 destacou que conhece alguns, porém não participa diretamente e não tem clareza sobre isso. Ela afirmou que:

Segundo já informaram em reuniões com professores técnicos, a Secretaria da Educação estabelece os cursos de determinada escola de acordo com uma demanda do mercado das redondezas. Inserção no mercado de trabalho e na universidade também se tornaram critérios. A opinião da gestão da própria escola também é relevante nessa decisão. Estrutura física e recursos já adquiridos também são determinantes (máquinas, laboratórios, insumos, livros, etc.) (Docente 5. Entrevista realizada em 08/10/2015).

A partir de 2013, a comunidade interna das escolas também apresentou sugestões de cursos, considerando a quantidade de salas disponíveis, a demanda existente na região, a quantidade de solicitações de matrículas não atendidas no ano anterior, o arranjo local produtivo, o acervo necessário na biblioteca, entre outras observações. Essas sugestões foram analisadas pela SEDUC e algumas propostas foram implementadas em determinadas unidades escolares, outras indeferidas. Quando outra professora foi questionada sobre a mesma pergunta, disse que:

Os critérios utilizados para a escolha normalmente não são informados com clareza e exatidão, mas é certo que a inserção, exclusão e manutenção dos cursos dependem do preenchimento de requisitos que variam de acordo com as necessidades da instituição. (Docente 3. Entrevista realizada em 06/10/2015).

Assim, concorda-se que a definição de alguns desses critérios seja realmente feita pela SEDUC, mas pode existir falha ao não tornar transparente este processo ou investir timidamente na divulgação da informação, o que poderá contribuir para que mais pessoas, inclusive as que estão na ponta, se envolvam com os resultados esperados, até mesmo tendo um foco mais específico em sua atuação.

Ademais, Lück (2009) evidencia a necessidade do esforço da gestão “no sentido de alcançar o aprofundamento e alargamento do entendimento sobre comunicação, promovidos na escola, a partir de observações do processo, orientadas por leituras e estudos esclarecedores de seus desdobramentos” (LÜCK, 2009, 135).

Sobre a questão de número 9, segundo os docentes, os cursos técnicos de nível médio ofertados na EEEP/PF atendem tanto as necessidades dos alunos quanto o arranjo local. Sabe-se que sem concluir a educação básica, o jovem reduz suas chances de ingresso de modo qualificado no mundo do trabalho.

Inclusive, Burgos (2012), pesquisando a educação em camadas pobres da população brasileira, destacou que a escola tem o papel de ensinar e educar para a vida em sociedade; de contribuir para a formação cidadã; e de proporcionar o ingresso em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Assim, o autor observa que a escola foi desafiada redefinir sua relação com o meio popular construindo um padrão igualitário e equitativo.

Assim, diante dos principais problemas encontrados no presente capítulo, sugere-se, primeiramente, que a escola pode intensificar o trabalho que tem iniciado

junto a jovens concluintes do 9º ano do ensino fundamental para melhorar a divulgação dos cursos técnicos de nível médio e ampliar a identificação do aluno com o curso técnico escolhido.

A partir da aplicação de questionários a egressos e entrevistas com docente da EEEP/PF, verificou-se também a necessidade de um maior acompanhamento dos egressos. Assim, ressaltou-se a possibilidade de um projeto de avaliação dos cursos ofertados.

Dessa forma, encerra-se a subseção deste trabalho destinada a análise das respostas apresentadas por egressos. Portanto, a título de organização desta dissertação, no capítulo 3, estruturado a seguir, será apresentada uma proposta de intervenção educacional, mediante o problema de pesquisa destacado no capítulo 1 e a análise do problema, realizada no capítulo 2, no que se refere a percepção de egressos da EEEP/PF acerca da adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA EEEP

Nos capítulos anteriores, foi apresentada uma descrição desse estudo de caso que se refere à oferta de cursos técnicos de nível médio na rede pública de ensino do Ceará. Também destacou a proposta das Escolas Estaduais de Educação Profissional em tempo integral que, a partir do Programa Brasil Profissionalizado, instituído em 2007 pelo Governo Federal, previa ampliação do acesso ao ensino médio técnico e apoio a profissionalização, dentre outras ações.

Como já relatado, as EEEP foram criadas pela Lei Nº 14.273/2008, alterada pela Lei Nº 15.181/2012, e regulamentada pelo Decreto Estadual Nº 30.865/2012 objetivam diversificar a oferta do Ensino Médio e elevar os indicadores educacionais nessa última etapa da educação básica. Assim, as condições diferenciadas de atendimento destacadas nessa Lei precisam ser asseguradas, inclusive para a EEEP/PF que foi implantada em um contexto político educacional de expansão dessas escolas na cidade de Fortaleza.

Todavia, é inegável que o ensino médio integrado à educação profissional, conforme evidencia o Documento Base, requer também articulação com políticas setoriais ligadas ao “Ministério de Trabalho e Emprego, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, entre outros” (MEC, 2007, p. 29).

A partir dos dados obtidos nos questionários e entrevistas serão realizadas propostas de intervenção visando reduzir os problemas apontados por egressos e docentes. Especialmente, as ações que podem ser desenvolvidas no âmbito da escola, como por exemplo, ao considerar o fato de haver solicitações por mais aulas práticas, que sugere a revisão da distribuição do tempo pedagógico para que existam mais oportunidades de realização de visitas técnicas e aulas de campo, além do trabalho como empresa júnior, incubadora e demais atividades similares.

Outra observação feita pelos participantes refere-se à divulgação dos cursos para alunos novatos. Segundo Ravitch (2011),

(...) que as escolas certamente serão um fracasso se os estudantes se formarem sabendo como escolher a opção correta dentre quatro opções de um teste de múltipla escolha, mas não estiverem preparados para viverem vidas plenas, ser cidadãos responsáveis e realizar boas escolhas para si mesmos, suas famílias e nossa sociedade (RAVITCH, 2011, p 25).

Desta forma, acredita-se que, se a escolha não for feita de forma cada vez mais criteriosa, poderá contribuir para a presença de alunos que demonstram pouco interesse pelo curso, causando, portanto, mais solicitações de transferências no decorrer do ano letivo.

Vale destacar que, os registros da secretaria evidenciam que as solicitações de transferências não se devem somente a esse fator. Assim, dificuldades relacionadas ao deslocamento do aluno de casa até a escola, não adaptação à jornada escolar em tempo integral, necessidade de trabalhar mesmo antes da conclusão da educação básica, entre outros aspectos também são registrados como motivadores de transferências.

A análise também apontou que, algumas dificuldades podem já não está somente na mudança do curso, como ressaltado nos depoimentos avaliativos citados na introdução da dissertação.

Assim, ressalta-se que o capítulo três está estruturado com as seguintes seções: duas ações que compõem o plano de ação propriamente dito e considerações finais.

Destaca-se que as propostas de intervenção são direcionadas a gestão da EEEP/PF e que elas não têm caráter de prescrição ou fórmula a ser seguida, porém envolvem as sugestões de ajustes observados pelos participantes da pesquisa que contribuíram para a construção desse plano educacional.

Os recursos financeiros necessários para a efetivação das propostas citadas nos quadros irão requerer materiais de expediente a serem adquiridos após o planejamento do uso do aporte financeiro da escola ou do recurso do programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Sabe-se que todas as escolas, inclusive a EEEP, foram orientadas a reunir sua equipe para verificar quais os processos de consumo/manutenção precisarão ser empenhados em 2016, decidindo quais os itens de despesa solicitarão, tendo por base a portaria que explica a natureza das despesas e a organização necessária para os procedimentos dos processos licitatórios estabelecidos na lei nº 8666/96.

Desta forma, o assessor financeiro da escola, recolherá dos membros da escola sugestão de itens de despesa para inclusão nas cotações eletrônicas e cartas convites a serem realizadas até o limite máximo de R\$ 61.500,00, que corresponde ao valor aportado para a EEEP/PF, conforme Portaria nº 002/2016,

referente ao aporte de manutenção, publicada no diário oficial do dia 13/01/2016, pág. 28.

Assim, serão indicados os materiais de expediente como papel ofício, canetas, pastas e demais itens necessários para formação e definir se o espaço a ser utilizado será a sala dos professores da EEEP/PF ou outros disponíveis na Escola de Gestão, com utilização de recursos tecnológicos já existentes tais como: *notebook* do laboratório móvel e *data show*.

Os profissionais a serem mobilizados nas ações propostas serão os que já trabalham na escola com utilização do tempo destinado dentro de sua carga horária para o planejamento pedagógico coletivo já que as atividades ocorrerão, em sua maioria, dentro na própria EEEP. A intenção das ações propostas, detalhadas com o uso da ferramenta 5W2H, é ampliar as possibilidades de contribuição do ensino médio integrado à educação profissional, tendo em vista a função social da EEEP e as transformações técnico-científicas que permeiam o sistema produtivo (FRIGOTTO, 2005).

Retomando-se os principais problemas verificados no capítulo 2, os egressos registraram que a escola precisa de melhoria na infraestrutura do prédio; na inserção junto à comunidade e parceiros que possam contribuir na formação profissional; na metodologia de ensino e no currículo ressaltando o mundo do trabalho, postura profissional, proatividade, liderança, ética, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal, práticas profissionais e articulação com outras políticas setoriais ou estruturantes de emprego e renda.

Eles também destacaram a necessidade de melhor distribuição do tempo dedicado para as disciplinas técnicas e aulas práticas, bem como maior incentivo aos alunos para que participem de cursos complementares, especialmente para os que demonstram pouco estímulo a pesquisa e pouca dedicação ao estudo; além da necessidade de conhecer o perfil do aluno novato, inclusive com aplicação de teste vocacional, entre outras sugestões.

Assim, esses registros foram inseridos ao longo do plano que está organizado em duas ações apresentadas a seguir.

3.1 Programa de divulgação dos cursos ofertado na EEEP para jovens concludentes do 9º ano do ensino fundamental e acompanhamento de egressos.

É importante que a gestão escolar esteja aberta ao diálogo e comprometida com o êxito dos alunos, fazendo as adaptações necessárias na sua práxis para atender as necessidades de formação dos alunos, especialmente, dos jovens recém-concluintes do curso fundamental que desconhecem o ensino médio integrado à educação profissional.

Assim, a primeira intervenção propõe um programa de divulgação dos cursos para alunos novatos das turmas iniciantes e acompanhamento de egressos, revisando as atividades que já ocorrem na escola e a superação dos desafios apresentados pelos professores orientadores de estágio participantes da pesquisa a partir do âmbito de atuação da gestão escolar, conforme quadro 6:

QUADRO 6 – Proposta A: Programa de acompanhamento dos egressos e divulgação dos cursos para jovens concludentes do 9º ano do ensino fundamental

O QUÊ?	- Programa de acompanhamento de egressos e divulgação dos cursos da EEEP para alunos concludentes do 9º ano do ensino fundamental
COMO?	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicar instrumento de autoavaliação da escola com a comunidade e definir objetivos estratégicos, metas e ações escolares para o próximo triênio e que dependem do trabalho da equipe; 2. Conhecer as iniciativas de acompanhamento de egressos e divulgação dos cursos feitas por outras EEEP, que podem inspirar escolas que ofertam cursos do mesmo eixo; 3. Encaminhar periodicamente um questionário para egressos, visando manter o contato com a escola, acompanhar o projeto de vida e identificar possibilidade de melhorias no curso/matriz curricular a partir das sugestões de ajustes propostos por eles; 4. Enviar para SEDUC e acompanhar os encaminhamentos das demandas de ampliação do acervo específico dos cursos ofertados, bem como melhorias da infraestrutura escolar e equipamentos; 5. Mapear as escolas municipais localizadas no entorno da EEEP que ofertam o 9º ano do ensino fundamental e relacionar os cursos técnicos indicados pela comunidade; 6. Realizar 2 seminários em cada escola mapeada, sendo um em cada turno, para alunos concluintes de 9º ano do ensino fundamental das escolas municipais e pais/responsáveis, visando identificar afinidades com cursos técnicos de nível médio ofertado, bem como reduzir falhas de comunicação com relação ao funcionamento da EEEP, elaboração do Projeto de Vida, ingresso no mundo do trabalho e na universidade; 7. Estabelecer horários para atendimentos individuais aos participantes dos seminários, antes da matrícula, e com alunos iniciantes, durante o primeiro semestre do curso, para retirar dúvidas sobre as disciplinas e o plano de atividades do curso entre outras temáticas.
POR QUÊ?	<p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enfrentar os desafios apontados pelos egressos e professores no trabalho de divulgação dos cursos técnicos, contribuindo para a inserção na EEEP do jovem que deseja cursar na educação superior e ingressar, logo após o término do ensino médio, no mundo do trabalho como profissional gabaritado; - Ampliar o acervo da biblioteca e manter as condições necessárias de funcionamento

	do prédio escolar; - Contribuir para o atendimento das necessidades dos jovens da comunidade e divulgar o plano de atividades do curso, reduzindo as dificuldades de preenchimento de vagas em determinado curso, bem como formação de lista de espera em outros.
QUANDO?	A partir de maio de 2016.
QUEM?	Equipe gestora, professores e conselho escolar.
ONDE?	Na própria unidade escolar.
QUANTO?	Alinhar com o Conselho Escolar e reservar R\$ 3.000,00 do valor oriundo do tesouro estadual aportado na manutenção escolar para aquisição de materiais e realização de serviços necessários no desenvolvimento das ações como serviços gráficos, banner, impressões, papel, pastas entre outros itens de despesa.

Fonte: Elaborado pela autora.

A autoavaliação prevista na primeira ação envolverá itens semelhantes aos do Prêmio Gestão/CONSED como planejamento, resultados escolares, participação e infraestrutura. O planejamento compreenderá as práticas ligadas ao sucesso da aprendizagem dos alunos, isto é, proposta curricular contextualizada, acompanhamento da aprendizagem, inovação pedagógica, inclusão com equidade, organização do espaço e do tempo escolares,

Os resultados educacionais ressaltarão rendimento, frequência e proficiência dos alunos, enquanto na participação serão analisados o envolvimento dos profissionais, alunos, conselho e grêmio estudantil, bem como a integração com a sociedade e o clima organizacional. Por fim, no item infraestrutura o foco estará nos recursos e serviços.

O conhecimento das iniciativas de acompanhamento de egressos e divulgação dos cursos nas outras EEEP, previsto na segunda ação, poderá ocorrer mediante reuniões com troca de experiências, proposição de atividades que visam à melhoria dos cursos das escolas.

A aplicação periódica de questionário com egressos coletará relatos que poderão ser úteis na atualização do plano de atividades de estágio, seleção de concedentes de estágio, desafios e contribuições do curso técnico na construção da carreira profissional. As propostas sugeridas por egressos poderão intensificar o trabalho de reflexão sobre o projeto de vida das turmas iniciantes e a realidade do arranjo local produtivo.

Além disso, faz-se igualmente necessária uma ação junto as universidades, faculdade ou professores de determinadas disciplinas técnicas relacionadas a orientação vocacional. Nesta perspectiva, também poderá contribuir, a atividade de aproximação entre novatos e egressos que exercem as profissões dos cursos ofertados, para que socializem a experiência do estágio curricular, pontos positivos e

negativos da ocupação escolhida, trajetória profissional percorrida até o momento e ingresso na educação superior.

Assim, a vivência pode ser registrada e sugerida para a SEDUC como complemento dos procedimentos de inscrição nos cursos, que atualmente se limitam a análise das notas do 6º ao 9º registradas no histórico escolar do jovem.

A quarta ação direcionada a escola, com base nas constatações registradas no capítulo 2, propõe a melhoria da infraestrutura. Sabe-se que para custeio da rede de EEEP foi criado um programa de governo que conta com a parceria do Ministério da Educação através do Brasil Profissionalizado e que, assim como as demais escolas, teve prestar contas segundo princípios aplicados a todas as instituições públicas.

Em 2010, a escola analisada passou por pequenas adaptações como construção de um pátio coberto e reformas nos banheiros, além de outros serviços visando dotá-la de condições estruturais, um pouco mais adequadas, para o desenvolvimento das atividades pedagógicas propostas. Também foram adquiridos alguns equipamentos, mobiliários e livros. Todavia, essa infraestrutura foi considerada insuficiente para o trabalho proposto, conforme participantes da pesquisa.

Observa-se também que a escola está necessitando de ajustes na acessibilidade, visto que as rampas construídas já estão com pisos desgastados, precisando de reforma. Assim, faz-se necessário que a gestão documente, encaminhe e acompanhe todas as demandas de melhorias da infraestrutura física da escola para a SEDUC que tem a competência e autonomia para resolver, com o intuito de manter as condições necessárias para o funcionamento do prédio escolar. Vale também ressaltar as demais necessidades que envolvem recursos financeiros como biblioteca com acervo específico e atualizado, laboratório de informática com programas e laboratório de línguas.

Conforme o relatório do SAEB, mesmo considerando as condições individuais de vida do alunado em seu desempenho, cabe lembrar algumas características escolares que, certamente tem influência na aprendizagem dos estudantes, quais sejam:

(...) condições de infraestrutura física e pedagógica das escolas, aspectos do clima escolar e estilo pedagógico dos professores, a concentração no ensino e na aprendizagem (maximização do tempo de aprendizado, ênfase acadêmica, foco centrado no desempenho), entre outras. A conjugação desses fatores bem como, de condições pedagógicas favoráveis, expressas pela existência de recursos

pedagógicos e financeiros da escola, aliada ao comprometimento dos professores com os resultados dos alunos, está associada sem dúvidas a melhores desempenhos” (INEP, 2002d:28).

Desta forma, com base nas constatações registradas no capítulo 2, algumas ações que poderão aprimorar o projeto político pedagógico, dependem de intervenções administrativas no âmbito da escola e a consulta periódica a egressos pode ser, um canal para o monitoramento dos resultados escolares. Nessa perspectiva, o endereço eletrônico da EEEP/PF e os grupos formados no aplicativo *WhatsApp* contribuirão com informações e troca de experiências.

De fato, a escola deve ter cuidado com a socialização de informações sobre os cursos a serem ofertados no início de cada ano e, em cumprimento a portaria de matrícula, apurar dados do histórico escolar dos inscritos, considerando as notas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Todavia, quanto mais os alunos de cada turma iniciante estiverem com os projetos de vida alinhados com o curso escolhido maiores as possibilidades de redução do número de transferências provocadas por falta de adaptação ao curso e a escola.

É importante colocar em evidência que a tabulação das notas apresentadas pelos inscritos não produz informações sobre se a inscrição do aluno foi solicitada no curso efetivamente desejado pelo jovem. Sabe-se que alguns jovens buscam o curso que acreditam ter a menor demanda de inscritos para possibilitar sua matrícula, principalmente quando tem apenas a nota da média mínima permitida para aprovação no histórico escolar.

Portanto, promover maior alinhamento entre o curso e o perfil dos alunos das turmas iniciantes, pode contribuir na redução da utilização deste mecanismo de inserção na EEEP e auxiliar na manutenção do número de alunos, do início até o final dos cursos em todas as turmas.

Sobre tal necessidade cabe registrar que, a escola tem obtido maior comunicação com os alunos das turmas de 9º ano das escolas da região e áreas circunvizinhas. Inclusive, para o ano letivo de 2016, iniciou desde o mês de agosto de 2015 o trabalho de divulgação publicando cartazes, promovendo feiras na EEEP e convidando jovens concluintes do ensino fundamental com o objetivo de estimulá-los a melhorar os resultados escolares obtidos por eles no ensino fundamental, bem

como a planejar o caminho que desejam percorrer, após o término do ensino fundamental.

Durante os dois seminários para os jovens novatos serão explorados os perfis de conclusão dos cursos técnicos e como se dá o ingresso na EEEP, possibilitando manifestações espontâneas de pensamentos, dúvidas e inseguranças na reflexão sobre o projeto de vida de cada um deles. Esse trabalho será continuado nas aulas do curso de Empreendedorismo desenvolvido na escola com apoio do SEBRAE, além das disciplinas Projeto de Vida e Mundo do trabalho que contam com o apoio do Instituto Aliança.

Esta e outras sugestões apresentadas nas entrevistas e questionários reforçam a importância do acompanhamento da ação pedagógica com responsabilidades comuns e específicas bem alinhadas dos profissionais da escola. Inclusive, os familiares e alunos da escola recebem *feedback* bimestrais acerca dos avanços obtidos pelos jovens em cada disciplina, sendo atendidos de forma individualizada pelo coordenador de curso e Diretor de Turma que é um exemplo da responsabilidade compartilhada entre gestão e professores.

Assim, estas reuniões bimestrais do Projeto Diretor de Turma podem ser utilizadas para ouvir outras sugestões para melhoria do trabalho escolar. Vale ressaltar que os alunos de Educação Física, Artes, Espanhol entre outros cursos, que desenvolvem projetos durante o estágio curricular das universidades e faculdades da cidade na EEEP também poderão participar da consulta.

A partir da interpretação e análise dos dados da pesquisa, a necessidade de uma avaliação dos cursos foi evidenciada. Desta forma, algumas ações poderão ser executadas na escola com o propósito de favorecer a contribuição dos cursos, na atuação profissional dos alunos a serem formados nas próximas turmas, conforme descrição feita na seção seguinte.

3.2 Projeto de avaliação dos cursos ofertados

Embora a maioria dos participantes da pesquisa tenha afirmado, após a análise dos dados fornecidos por eles, que a EEEP/PF com os cursos técnicos implantados, no recorte 2010 a 2014, contribuiu para a formação dos jovens, torna-se necessária a elaboração de uma proposta de intervenção focando nas

possibilidades de criação de novas estratégias, expansão das que obtiveram êxito e manutenção dos fatores destacados, como mostra o quadro 7.

QUADRO 7 – Proposta B: Projeto de avaliação dos cursos ofertados

O QUÊ?	B. Projeto de avaliação dos cursos ofertados.
COMO?	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer as iniciativas de avaliação dos cursos feita por outras EEEP que ofertam cursos do mesmo eixo, bem como propostas desenvolvidas por outras instituições de ensino; 2. Elaborar a versão preliminar do instrumento de avaliação dos cursos técnicos das EEEP/PF; 3. Constituir uma comissão para aplicação do instrumento de avaliação dos cursos técnicos ofertados na EEEP/PF, de forma a contribuir no fortalecimento da proposta pedagógica e melhoria dos resultados escolares; 4. Fazer os ajustes necessários no instrumento proposto e enviá-lo para análise da COEDP/SEDUC, sugerindo composição de uma amostragem com 20% dentre os cursos ofertado nas EEEP para avaliação piloto.
POR QUÊ?	<p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevar a qualidade dos cursos ofertados, sem perder a ênfase na formação integral do cidadão, com maior articulação com as políticas setoriais e estruturantes de trabalho e renda; - Oportunizar uma ampla visão dos resultados obtidos e contribuir na superação dos obstáculos ligados ao atendimento das necessidades de formação destacadas por egressos, especialmente daqueles que utilizaram a escola como estratégia para conseguir uma ocupação profissional de maneira mais imediata; - Concentrar esforços nos processos que favoreçam o sucesso escolar; - Verificar as solicitações por mais aulas práticas, reduzindo possibilidades de, por um lado ter excesso de carga horária numa disciplina e por outro o alívio excessivo; - Aumentar o potencial de integração escola x comunidade com a atuação dos alunos junto a comunidade local (realização de atividades como as de atendimento a população com serviços relacionados aos respectivos cursos e que os alunos possam, com o acompanhamento do professor, desenvolver de forma responsável).
QUANDO?	A partir de abril de 2016.
QUEM?	Professores e gestores da EEEP/PF
ONDE?	EEEP/PF
QUANTO?	Orçamento estimado em R\$ 3.000,00, considerando o valor gasto na última cotação eletrônica, publicada na Licitaweb, para aquisição de material de expediente/processamento de dados e serviços gráficos. Os recursos permanentes como notebook e data show serão reservados no laboratório de informática da escola.

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que alguns professores da EEEP Paulo Freire participaram em 2015 de projetos de atualização da matriz curricular de determinados cursos ofertado na escola. Os ajustes feitos compõem as propostas em desenvolvimento durante o ano de 2016. Entretanto, é importante aprimorar também a condução dos

estágios e, dentre as atividades propostas está a atualização do guia do estágio observando os efeitos do curso na vida profissional do egresso, boas práticas, aspectos positivos, limitações e desafios dos estágios.

Sabe-se que, com a aproximação do término do curso das turmas no final do ano letivo, algumas empresas que manifestam o desejo de continuar com o jovem pós-estágio ficam cientes que ele precisará ter cadastro no IDT ou CIEE como estagiário ou aprendiz. Assim, é imprescindível a aproximação da escola com instituições atentas ao trabalho decente e que auxiliem cada vez mais o jovem recém-formado.

Ainda sobre as atividades práticas, um grupo de professores da EEEP/PF têm discutido ideias referentes a implantação de uma empresa júnior ou constituição de uma incubadora na escola com o foco tanto em bases teóricas como na prática, além da possibilidade do exercício de atitudes mais solidárias entre os jovens.

Apesar disso, tal ação requer que, para além dos esforços escolares, a participação da comunidade no entorno da escola, visando à prática dos conteúdos estudados em cada curso. Ideias como a de reservar três tempos de aula por semana está em estudo pela coordenação escolar visando dedicar tempo para incubadora que pretende ofertar atendimentos relacionados ao plano de atividades dos cursos promovendo a integração entre alunos, professores, outras instituições da região e moradores da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo analisar as percepções de egressos da EEEP/PF acerca da adequabilidade dos cursos técnicos de nível médio. Para isso, ressaltou-se o trabalho como princípio educativo, as discussões teóricas em torno das dificuldades provocadas pela dualidade na educação profissional, bem como o registro de egressos que fizeram do investimento escolar uma estratégia para a obtenção do status ocupacional aproximado do desejado por eles.

Entende-se que o estudo com egressos pode colaborar para se dimensionar a contribuição do ensino médio integrado à educação profissional desenvolvido na escola no preparo deles para o trabalho e para o ingresso na educação superior, e ao mesmo tempo detectar possíveis falhas a serem corrigidas. Algumas já em fase de superação, outras ainda a serem enfrentadas, inclusive por ocasião das alterações a serem propostas na base nacional comum curricular que está em discussão no momento atual.

Assim, cada proposta de intervenção apresenta principalmente a participação de beneficiários na construção coletiva desse projeto de escola que, entre outros objetivos, pretende oportunizar aos jovens a preparação para atividades produtivas qualificadas com possibilidades de inclusão na educação superior e no mundo do trabalho de forma cidadã e transformadora.

Os dados mostrados nas tabelas apresentaram informações relevantes para a pesquisa, principalmente ao discutir se os cursos estão de fato atendendo as expectativas e necessidades dos alunos concluintes.

No caso, os egressos da EEEP/PF, sugere-se que os cursos sejam repensados. Não necessariamente na escolha desses cursos, visto que os jovens não apresentaram queixas, mas sim na integração curricular e na disciplina de estágio. Com destaque também para a articulação que o trabalho desenvolvido na EEEP/PF precisa ter com as políticas estruturantes de trabalho e renda a fim evitar a precarização do direito à profissionalização.

Os resultados pareceram indicar também que parte dos egressos percebe que os profissionais da escola têm altos padrões de expectativa no desenvolvimento intelectual dos alunos. Assim, alguns registros feitos por eles nos questionários sugerem que acreditam na contribuição da escola na preparação deles para o trabalho, até mesmo os jovens que, no momento da pesquisa, não estavam

trabalhando ou não estavam atuando na área de formação. Eles destacaram que sentem ter ampliado a própria visão acerca do projeto de vida e propuseram ajustes, na tentativa de colaborar com o funcionamento da escola.

Os beneficiários da EEEP demonstraram compreender o quanto os movimentos na sociedade refletem e são refletidos na escola. Eles destacam a necessidade de reorganizações constantes na forma de pensar e agir para o enfrentamento dos desafios gerados no cotidiano.

Nesses termos, a pesquisa buscou também evidenciar a importância da preparação para o trabalho tendo as juventudes, atentas aos impactos dos padrões produtivos, como protagonistas de seus projetos de vida.

As observações e análises realizadas na pesquisa confirmam que o estudo com egressos pode colaborar no desenvolvimento do trabalho com o ensino médio integrado à educação profissional na EEEP, preparo para o trabalho, ingresso na educação superior e, ao mesmo tempo, destacar falhas a serem corrigidas. Observa-se que algumas já estão em fase de superação, outras ainda precisam ser enfrentadas, inclusive por ocasião das alterações previstas na base nacional comum curricular que no momento está em discussão.

As análises realizadas nesta dissertação não são definitivas a acerca da contribuição do ensino médio integrado à educação profissional desenvolvido na escola na preparação do jovem para o trabalho e sim provocativas de outras leituras.

As sugestões de ajustes propostos por egressos e professores compõem elementos para a melhoria do trabalho escolar. Por fim, as reflexões buscaram agregar mais valor a proposta pedagógica da unidade escolar podendo, inclusive, auxiliar as demais EEEP, especialmente as que ofertam os cursos em estudo ou cursos do mesmo eixo. Contudo, é imprescindível considerar a participação da comunidade escolar na melhoria dos cursos, seu contexto, as determinações sócio históricas e, principalmente, a ênfase na formação integral do cidadão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Elizabete de. **Gestão do Letramento Digital em escolas estaduais de Educação Profissional**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós- Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. Disponível em <http://www.mestrado.caedufjf.net>. Acesso em 26/05/2015

BRASIL, LDB. Lei n. 9394/1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2015.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 10.172/2001. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 05 jul.2015.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais do Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. **Sala Ambiente Projeto Vivencial**. Temas: gestão democrática, PPP, pesquisa-ação, projeto intervenção. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/unir/course/view.php?id=5>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo III, Seção I, Artigo 205 ao 214. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/>>. Acesso em: 17 mai. 2014

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Cap. II, Título V Seção IV-A, Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, seção V, Da Educação de Jovens e Adultos e Cap. III, Da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 18 mai. 2014

_____. Lei Nº11741, de 16 de julho de 2008. **Altera os dispositivos da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

_____. Parecer CNE/CEB Nº39/2004. **Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

_____. Decreto Nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de dezembro de 2007, p.4. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

_____. Decreto Nº 29.704, de 8 de abril de 2009. **Regulamenta o programa de estágios em órgãos e entidades da administração pública estadual direta,**

indireta, autárquica e fundacional para adequar as disposições impostas pela Lei Federal n.11.788, de 25 de setembro de 2008 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil.** 2008.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola.** v. 5, n. 8, jan.-jun. 2011, p. 27-41.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a01v17n49.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CEARÁ. Lei n 14.273, de 19 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências, publicada no DOE de 23/12/2008, série 2, ano XI, nº 245, caderno 1/3, p.1.** Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. Lei n 14.190, de 30 de julho de 2008. **Dispõe sobre a criação do Programa Aprender Pra Valer, publicada no DOE de 31/07/2008.** Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2008/14190.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

_____. Decreto n. 30.865, publicado no DOE de 04/04/2012. **Regulamenta os arts. 2º e 3º da Lei 14.273, de 19 de dezembro de 2008, dispondo sobre a estrutura organizacional, a constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 jan.2015.

_____. **Lei n. 15.181 de 28 de junho de 2012,** publicada no DOE de 02/07/201. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. **Decreto n 27. 556 de 13/07/2004.** Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. **Documento Base do Plano Estadual de Educação do Ceará.** Disponível em: <http://plenaria-peece.seduc.ce.gov.br/documento_base>. Acesso em: 31 mai. 2015.

_____. **Educação Profissional.** Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Ensino Médio Integrado a Educação Profissional:** Integrar para quê?/Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/177-avaliacao-educacional/8864-estatistica-da-educacao-no-ceara>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS Marise. A política de Educação Profissional no Governo Lula: Um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, Vol 26, n.92, p. 1087-1113, Especial – out, 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio:** ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC, SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O trabalho como princípio educativo:** por uma superação das ambiguidades. In. FREITAS, Wilma Bulhões Almeida de; KULLER, José Antônio (Org.). A construção da proposta pedagógica do SENAC Rio. Rio de Janeiro: SENAC, 2000, p. 90-108.

HAGUETTE, André; PESSOA, Márcio K M. **Dez escolas, dois padrões de qualidade:** uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

Indicadores Educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=124>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

LIMA, Ana Léa B. **Escolas estaduais de educação profissional:** a experiência de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará a partir de 2008. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014. 156 p. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net>>. Acesso em 22 mar. 2015.

LIMA, Antônio Américo Biondi; LOPES, Fernando Augusto Moreira. **Diálogo social e qualificação profissional:** experiências e propostas. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

LINHARES, Naedja P R **Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará:** uma reflexão sobre o modelo de gestão de tecnologia empresarial socioeducacional (TESE). Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e

Avaliação da Educação Pública, 2015. 118 p. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MAGALHÃES, Aila Maria Silva. **O Programa de Educação Profissional de nível Médio Integrado no Estado do Ceará: Avaliar para Avançar**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P 170. 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net>>. Acesso em: 09 mai. 2015.

MEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, Documento Base**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

MELO, Maria Alves de. **A proposta pedagógica das escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014. 126 p. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

MOURA, Dante H., PINHEIRO, Rosa A. **Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos**. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1580/1272>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Brasília, Fundação Santillana, 2012.

PARO, Vitor Henrique. Educação para a democracia. **Revista Portuguesa de Educação**, 2000, 13(1), pp. 23-38, 2000, CEEP - Universidade do Minho

PEREIRA, Christiane Cruz. **Implementação da política de ensino médio integrado no Ceará: Relações de influências entre os processos de gestão escolar e análise dos resultados de inserção produtiva e ingresso acadêmico dos egressos da política**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014. 232 p. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Pesquisa de avaliação dos estagiários das Escolas Estaduais de Educação Profissional e satisfação das empresas concedentes. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Campinas, **Educação & Sociedade**, v.25 n.87, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

PROEJA - **Documento Base**, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3ªed., São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p.106-127.

_____. **Concepção de ensino médio integrado**. [S.l.: s.n.], 2008, p. 1-30. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf> Acesso em: 08 jul. 2015.

RAVITCH, D. O problema com a responsabilização. In: RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011, p.171-190.

RESULTADOS POR ESCOLA, **SPAECE**. Disponível em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/resultados/resultados-anteriores/resultados-por-escola>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

Relação das escolas estaduais de Fortaleza. Disponível em <http://www.apeoc.org.br/extra/Escola_Estaduais_Enderecos.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

REZENDE, Ana G. M. **Avaliação do desempenho docente como ferramenta de gestão para melhorar a prática pedagógica dos professores e os resultados de aprendizagem dos alunos**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2012. 128 p. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

RIBEIRO, Ellen Cristine dos S. **Ensino Médio Integrado no Estado do Ceará: a escola do trabalhador sob a lógica empresarial**, 128 p. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Mestrado Acadêmico em Educação, Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/DissertacaoEllenCristineVERSAOFINAL.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

ROMÃO, J. E. O Ensino Médio e a omnilateralidade: educação profissional no século XXI. **EccoS**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 27-49, jan./jun. 2010.

SEGNINI Liliana R. P. **Educação e trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. 2000, p. 72-81, São Paulo em Perspectiva. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9791.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo. v. 12. n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SILVEIRA, Adinalva B. **Os cursos técnicos e a empregabilidade**: a análise de sua efetividade do ponto de vista dos alunos e do setor empregador. 2007. Disponível em:

<http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/os_cursos_tecnicos_e_a_empregabilidade.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

VELASCO, Erivã G. **Jovens e preparação para o trabalho**: rupturas ou continuidades ao padrão ideologizante da qualificação profissional? . Disponível em: <<https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=B210BR662D20120205&p=JOVENS+E+PREPARACAO+PARA+O+TRABALHO+Velasco.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

VIEIRA, José A. e DEITOS, Maria L. M. S. **Educação profissional e o desafio da integração no ensino médio**. 2009. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2368-8.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. 2ª edição, 2001.

APENDICE A: ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Pesquisadora: Humberlandia Moreira Bezerra Grangeiro

Você está participando de uma pesquisa que fornecerá dados importantes para um estudo parte da dissertação de Mestrado **OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E AS PERCEPÇÕES DE EGRESSOS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL** orientado pela Prof.^a Dr^a Fabiana Carneiro Martins Coelho, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este questionário deve ser respondido por egressos.

Qual seu nome?

Você é aluno egresso de qual curso?

- Curso técnico de nível médio em Informática
 Curso técnico de nível médio em Secretariado

Qual sua idade?

Gênero: Feminino Masculino
Estado Civil: Solteiro Casado

1) Em que ano você entrou no curso técnico na EEEP/PF?

- 2012 2011 2010

2) O curso foi escolhido por você como primeira opção?

- Sim Não

3) Você atua como profissional na área do curso em que se formou?

- Sim Não

Se sim, qual a sua função?

4) Em que medida, na sua percepção, o curso técnico de nível médio oferecido na EEEP/PF contribuiu no atendimento as suas expectativas?

- Não** percebe contribuição do curso Percebe **pouca contribuição** do curso
 O curso contribuiu **razoavelmente** O curso contribuiu **satisfatoriamente**

5) Os cursos técnicos de nível médio em questão, ofertado na EEEP/PF, precisam de ajustes a fim de contribuir na preparação do jovem para o trabalho?

- Sim Não

Se sim, quais ajustes?

6) Em sua opinião, há necessidade da escola oferecer outros cursos técnicos de nível médio?

- Sim Não

Se sim, apresente a sua sugestão.

APENDICE B: ROTEIRO DA ENTREVISTA

Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Pesquisadora: Humberlandia Moreira Bezerra Grangeiro

Você está participando de uma pesquisa que fornecerá dados importantes para um estudo parte da dissertação de Mestrado **OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E AS PERCEPÇÕES DE EGRESSOS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL** orientado pela Prof.^a Dr^a Fabiana Carneiro Martins Coelho, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta entrevista deve ser respondida por docentes orientadores de estágio.

Qual seu nome?

Qual o curso técnico que você irá avaliar?

- () Curso técnico de nível médio em Informática
- () Curso técnico de nível médio em Secretariado

1) Há quanto tempo você desempenha a função de professora orientadora de estágio na escola?

2) Quais são os maiores desafios encontrados em sua função como professor(a) orientador(a) de estágio?

3) Quais as possibilidades de ocupação produtiva para os formandos do curso técnico em que você atua?

4) Em sua opinião, há demanda no mundo do trabalho para esse profissionais?

5) Considerando que o curso técnico em questão é ofertado na EEEP/PF desde 2010, tendo formado três turmas (2010/2012, 2011/2013 e 2012/2014, em que medida você acredita que ele contribui na formação do jovem?

6) Em sua opinião, o curso em questão deve permanecer no catálogo de ofertas dessa EEEP? Por quê?

7) Em caso afirmativo, que ajustes devem ser realizados para que o curso permaneça no catálogo de ofertas da escola e/ou de outra EEEP?

8) Você conhece os critérios para a escolha dos cursos técnicos de nível médio na EEEP? Caso conheça, você concorda com esses critérios? Explique.

9) Em sua opinião, os cursos técnicos de nível médio ofertados na EEEP/PF contribuem na preparação do jovem para o trabalho?

10) Considerando o arranjo produtivo local, quais outros cursos deveriam compor o catálogo de ofertas da EEEP/PF?